



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS 2016



Órgãos Sociais
Eleitos para o triénio 2015-2017

Assembleia Geral

Presidente	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vice-Presidente	Luís Filipe Rodrigues
Secretário	Instituto Nacional de Segurança Social representada por Dr. Luís João Mandlate

Conselho de Administração

Presidente	G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A. representada por Dr. Lucas Fazine Chachine
Vice - Presidente	Lusitania, Companhia de Seguros, SA representada por Dr. Fernando Dias Nogueira
Vogal	Dr. Pedro Miguel Moura Libano Monteiro

Conselho Fiscal

Presidente	Prof. Doutor Teodoro de Andrade Waty
Vogal	Visabeira, SGPS representada por Dr. Pedro André Silva de Sousa
Vogal	Instituto Nacional de Segurança Social representada por



Dra. Sandra Maria da Costa Nobre

Vogal suplente Henrique Álvaro Cepeda Gamito Junior

Comissão de Vencimentos

Presidente Montepio Geral – Associação Mutualista
representada pelo

Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro

Vogal GCP – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A
representada por
Sr. Luís Filipe Rodrigues

Vogal Instituto Nacional de Segurança Social

Índice



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Índice

1. Introdução	8
2. Conjuntura macroeconómica	9
2.1. Economia internacional	10
2.2. Economia de Moçambique	10
2.3. Perspectivas para 2017.....	11
3. O mercado segurador em Moçambique	12
4. A Moçambique, Companhia de Seguros, SA	13
4.1. Expansão, desenvolvimento organizacional e recursos humanos	14
4.2. Sistemas de informação	8
4.3. Marketing e imagem institucional	16
4.4. Análise da actividade	16
4.4.1. Produção	16
4.4.2. Sinistros.....	18
4.4.3. Custos de exploração	20
4.4.4. Custos por natureza.....	18
4.4.5. Resseguro cedido	22
4.4.6. Gestão de investimentos	23
4.4.7. Situação financeira.....	23
4.4.8. Apreciação dos resultados.....	24
4.5. Perspectivas para 2017.....	25
5. Proposta de Aplicação de Resultados	26
6. Notas Finais	26
Demonstrações Financeiras	28
Notas às Demonstrações Financeiras	36
Anexos	92
Parecer do Conselho Fiscal	94

Relatório do Conselho de Administração



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

Relatório e Contas

2016

Exmos. Senhores Accionistas,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

1. Introdução

O ano de 2016, atípico, foi caracterizado por diversas situações adversas, quer a nível económico e político, o que levou a um abrandamento substancial da actividade a nível nacional, que passou de 6,6% em 2015 para um crescimento de 3,3% em 2016, com impacto nos indicadores micro e macroeconómicos.

Em Moçambique assistiu-se a uma maior intervenção do Banco Central no mercado com o objectivo de garantir a estabilidade macroeconómica, tendo ocorrido um incremento substancial das taxas de juro das Facilidades Permanentes de Cedência (de 13% em 2015 para a 23% em 2016), retraindo, por conseguinte, o endividamento junto da banca e, conseqüentemente, o investimento. A taxa de inflação situou-se em cerca de 25,3%, fortemente influenciada pela depreciação do metical face ao rand (maior parceiro comercial de Moçambique ao nível de importação) e face ao dólar americano e euro.

O défice da Balança Comercial agravou-se essencialmente devido à escassez de divisas para importação de bens, bem como pelo facto de o preço das matérias primas (Carvão, Minerais, Gás, Energia Eléctrica e Areias Pesadas) exportadas continuar em declínio ao nível dos preços. Existiu uma retoma de preços no último trimestre de 2016 comparativamente a 2015.



Estes factores, implicaram mudanças estruturais profundas no funcionamento do mercado nacional, exigindo um maior esforço financeiro nas transacções e, conseqüentemente, redução das margens operacionais.

Ainda assim, aprez-nos realçar que ao finalizar o exercício de 2016, o décimo quinto completo da actividade da seguradora, a Moçambique, Companhia de Seguros continuou a manter uma imagem de qualidade junto do mercado e uma adaptação à actual conjuntura.

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores da actividade da Companhia:

Indicador de actividade	31-Dez-16	31-Dez-15
Taxa de crescimento dos capitais próprios	-27,36%	183,63%
Taxa de sinistralidade	155,02%	41,81%
Rácio de despesas	39,19%	36,49%
Rácio combinado	194,21%	78,30%
Taxa de cedência	32,62%	27,87%
Rentabilidade dos capitais próprios	-49,26%	10,85%
Provisões técnicas de seguro directo, líquidas de resseguro cedido (milhares de meticaís)	228 835	119 289
Activos a representar as provisões técnicas (milhares de meticaís) ¹	186 989	200 531
Rácio de cobertura das provisões técnicas	0,82	1,68
Resultado do exercício antes de impostos (milhares de meticaís)	(47 065)	20 817

Durante o exercício a Companhia registou três avultados sinistros, sendo dois do ramo responsabilidade civil exploração e outro do ramo marítimo, o que levou à constituição de provisões no valor aproximado de 517 milhões de meticaís. Estas provisões tiveram um forte impacto (negativo) nas demonstrações financeiras, contribuindo significativamente para a deterioração dos indicadores de actividade acima evidenciados.

¹ Os activos a representar as provisões técnicas incluem, para além dos investimentos financeiros, os imóveis líquidos de amortizações acumuladas



2. Conjuntura macroeconómica

2.1. Economia internacional

A economia mundial manteve-se estagnada ao registar um nível de crescimento de cerca de 3%, similar ao ano transacto, segundo os dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional. Este abrandamento do crescimento económico está associado à quebra repentina no preços dos *commodities*, originando a redução dos níveis de investimentos e trocas comerciais. Alia-se a estes factores as incertezas resultantes das tensões políticas vividas entre os Estados Unidos e a Coréia do Norte e a saída da zona euro, do Reino Unido.

Ao nível da SADC e da África Subsariana verificou-se um novo abrandamento das actividades económicas, essencialmente devido à contracção da economia da Nigéria e do Zimbabué, do crescimento reduzido da economia da África do Sul (0,3%) e do abrandamento da economia de Angola.

A evolução anual dos preços nas economias de Angola (38%) e Moçambique (25,3%), contrapõe-se, pela negativa, com uma desaceleração da inflação no Malawi, Tanzânia, Botswana e África do Sul.

2.2. Economia de Moçambique

Moçambique não ficou impune ao abrandamento da economia internacional. Com efeito, ressentiu-se da redução brusca do investimento directo estrangeiro, sobretudo nos grandes projectos de exploração de recursos naturais, nomeadamente, carvão e gás. Assistiu-se ainda a um abandono dos doadores na ajuda ao Orçamento do Estado, fruto de dívida externa desconhecida de 1,4 mil milhões de meticaís (10% PIB).

A instabilidade política e o agravamento da crise económica desencadeada pela queda do valor de matérias primas no mercado mundial criaram muita incerteza nos investidores nacionais, retraindo deste modo, o ambiente de negócios.



Com efeito, assistiu-se a uma derrapagem do metical face às principais moedas transaccionadas no país, nomeadamente, dólar americano, euro e rand levando a uma subida galopante das taxas de câmbio com consequente retracção da actividade económica face à dependência exterior ao nível de bens. Com vista a estabilizar o metical, o Banco Central interviu no mercado monetário ajustando progressivamente as taxas de juro de referência, criando deste modo um efeito de retracção do endividamento e, consequentemente, do investimento.

Estes factores tiveram um impacto directo no PIB o qual apresentou uma taxa de crescimento de apenas cerca de 3,3% (6,6% em 2015).

2.3. Perspectivas para 2017

De acordo com o Banco Mundial (“Perspectivas Económicas Globais”), o crescimento económico global deverá acelerar moderadamente para 2,7% em 2017 — frente a 2,3% estimados em 2016 — à medida que diminuem os obstáculos à actividade dos países emergentes exportadores de matérias-primas e continue a sólida demanda doméstica das economias desenvolvidas importadoras.

Considerando a continuidade das previsões de uma conjuntura internacional adversa e incerta, existem factores que terão que ser prioritários para Moçambique, nomeadamente a estabilidade política e as medidas de controlo do mercado monetário. O término da linha férrea de Tete a Nacala, a expectativa do aumento dos preços das *commodities*, a forte entrada de investimento directo estrangeiro em vários projectos de grande dimensão (energia eléctrica e gás natural) e a manutenção dos fluxos comerciais estáveis (exportação de electricidade e importação de alimentos) são elementos chave para o futuro da economia moçambicana.



3. O mercado segurador em Moçambique

O mercado segurador, do lado da oferta contou com a entrada de mais uma Companhia em 2016, a Arco Companhia de Seguros, passando a dezoito seguradoras, mantendo-se, do lado do resseguro, apenas um ressegurador de direito moçambicano, a MOZRE, Moçambique Resseguros, S.A., de capitais moçambicanos e zimbabueanos.

De acordo com o Relatório do ISSM - Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique referente a 31 de Dezembro de 2015, a produção do mercado segurador do país aumentou globalmente em 10,1%, face a 2014, influenciado pelas condições económicas verificadas no país, marcadas pela desaceleração da actividade comercial.

Em 2015 os Prémios Brutos Emitidos totalizaram 9 374 milhões de meticais, resultando numa taxa de penetração dos seguros de 1,58%, mais 0,03 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Os seguros dos ramos Não Vida continuam a ter um peso significativo no mercado segurador, representando 81% da produção total (2014: 86%). Nestes ramos, o seguro Automóvel continua a dominar o mercado, com 35,6% (2014: 34%) do total de prémios emitidos, face ao seu carácter de obrigatoriedade e a uma, cada vez maior, consciencialização dos seus benefícios por parte da sociedade, seguido do ramo Incêndio e Outros Danos, com 18% (2014: 31%).

A quota de mercado continua a ser dominada por quatro Companhias que conjuntamente detinham 81,4% (2014: 82,6%). A MCS manteve a sua posição nos dois anos em análise, tendo-se posicionado em 7º lugar, com um ligeiro crescimento de 0,7% na quota de mercado.



O quadro que se segue mostra o posicionamento de cada Companhia em 2015 e 2014:

Posicionamento		Empresas Seguradoras		Quota de Mercado	
2014	2015	Denominação	Natureza	2014	2015
1º	1º	Global Alliance	Mista	31.4%	26.8%
3º	2º	EMOSE	Mista	19.5%	22.8%
2º	3º	SIM	Mista	20.6%	19.3%
4º	4º	Hollard	Não Vida	11.1%	12.5%
6º	5º	Austral	Não Vida	3.5%	4.0%
5º	6º	Indico	Não Vida	3.5%	3.4%
7º	7º	MCS	Não Vida	2.7%	3.4%
9º	8º	Hollard Vida	Vida	2.5%	2.6%
8º	9º	Britam	Não Vida	2.5%	2.2%
10º	10º	Outros	-	2.8%	3.0%

Fonte: Relatório Anual sobre a actividade seguradora 2015 - ISSM

Em 2015, o resseguro cedido registou um decréscimo de 1,4 p.p. na taxa de cedência global (Vida e Não Vida), passando para 37% (2014: 38,4%), resultado de uma maior retenção de prémios pelas seguradoras nacionais. Os ramos com maior taxa de cedência foram o Incêndio (77%) e o Aéreo (79%).

Em termos de sinistralidade, os sinistros ocorridos em 2015 representaram, em média, 42,8% dos prémios adquiridos líquidos de resseguro, revelando um incremento de 1,4 pontos percentuais em relação a 2014 (41,4%). O ramo Acidentes Pessoais apresentou a taxa de sinistralidade mais alta, com 63,6%.

4. A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.

Ao iniciar a apreciação da actividade e dos resultados deste exercício, vale a pena salientar, que o exercício de 2016 ficou negativamente marcado pelo registo de três avultados sinistros totalizando 517 milhões de meticais com dois dos nossos principais



segurados, tendo influenciado negativamente o prejuízo registado no valor de 43 872 milhares de meticaís.

Iniciamos, em 2016, a comercialização de apólices do ramo Vida, em resultado do recente aumento de capital social efectuado em 2015 no valor de 67 milhões de meticaís para este propósito, tendo os prémios brutos emitidos atingido 1 038 milhares de meticaís. O volume de prémios situou-se abaixo das expectativas, dado o abrandamento significativo do crédito bancário individual em resultado do elevado crescimento das taxas de juro.

Ao nível dos Ramos Não Vida verificou-se um crescimento da receita processada de 34%, resultante de um maior relacionamento com o canal de mediação e da expansão ao nível territorial com a abertura de dois agentes loja, Tete e Pemba, bem como com a abertura provisória do Balcão em Nampula.

A Companhia manteve a autorização para a utilização do logótipo “Orgulho Moçambicano”.

4.1. Expansão, desenvolvimento organizacional e recursos humanos

Em 2016, a Moçambique, Companhia de Seguros continuou a sua expansão ao nível territorial com a abertura Balcão em Nampula de forma provisória, o que representou uma maior presença na zona norte de Moçambique.

A gestão de recursos humanos manteve a orientação de privilegiar a formação e o desenvolvimento das capacidades profissionais dos trabalhadores, tendo sido ministradas várias acções de formação internas e externas, que incluíram a deslocação de quadros seniores da MCS para capacitação junto da Lusitania, em Portugal.

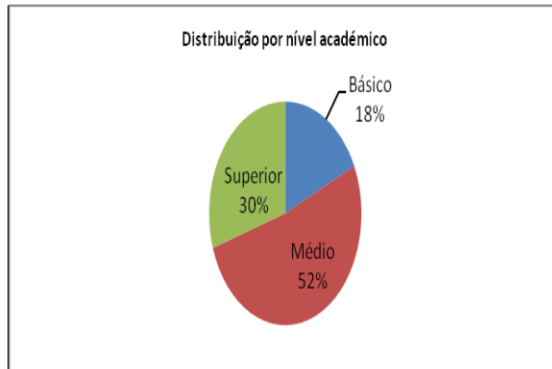
O quadro de pessoal da Companhia, composto por cinquenta colaboradores (quarenta e seis em 2015), tem vindo a crescer de forma sustentada, através de uma política de contratações assente em critérios de qualidade.



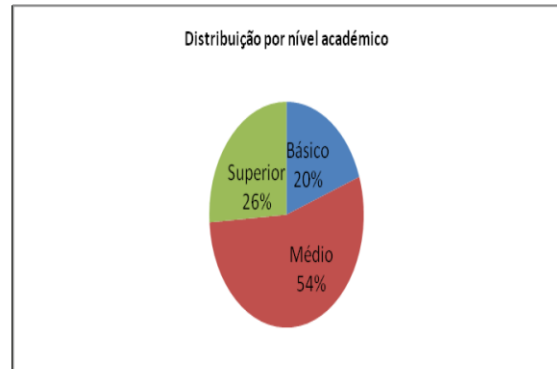
A estrutura e composição do pessoal da Companhia, é mostrada nos gráficos abaixo:

Distribuição por nível académico:

2016

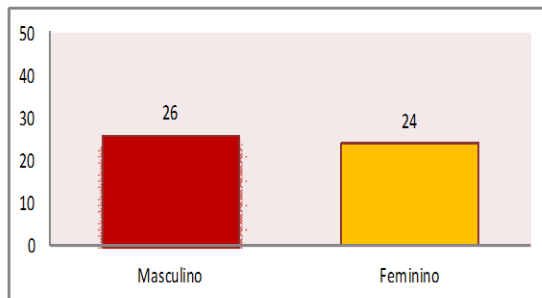


2015

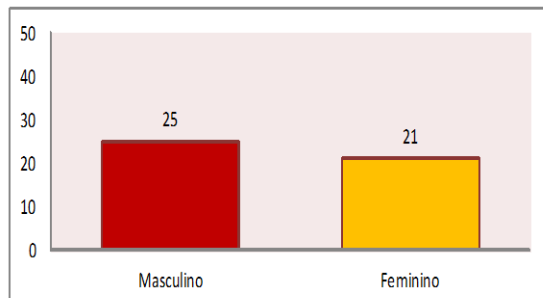


Distribuição por género:

2016



2015



4.2. Sistemas de informação

Tendo ficado concluído, no decurso dos últimos exercícios, o plano de substituição do parque informático (hardware) da empresa, durante o ano em apreço manteve-se a política de actualização permanente do equipamento informático.

A nível aplicacional continuam a ser implementadas diversas melhorias no actual sistema operacional, com vista à optimização de processos e de modo a dotar a gestão com mais e melhor informação.



Encontra-se em curso o processo de levantamento do novo sistema *core*, cuja implementação está prevista para o final de 2018, este investimento irá permitir uma evolução muito positiva dos meios de controlo, gestão de informação, desenvolvimento mais flexível de produtos, tendo como objectivo final a melhoria do serviço prestado a clientes, parceiros e terceiros.

4.3. Marketing e imagem institucional

Durante o ano de 2016, continuaram as várias acções de marketing que incluíram a concepção e lançamento de novos produtos, orientados para o mercado de particulares, especialmente no canal de bancaseguros.

Foi reforçada a divulgação da imagem institucional da MCS a partir da página disponível no facebook e do website www.mcs.co.mz e realizadas actividades de divulgação da marca em estabelecimentos comerciais de maior afluxo de pessoas.

4.4. Análise da actividade

4.4.1. Produção

Os prémios brutos emitidos atingiram, em Dezembro de 2016, o montante de 421 999 milhares de meticais, valor que ficou abaixo do objectivo previsto para o exercício, quando comparado com os 313 815 milhares de meticais registados no exercício anterior representa um crescimento da receita processada de 35%.

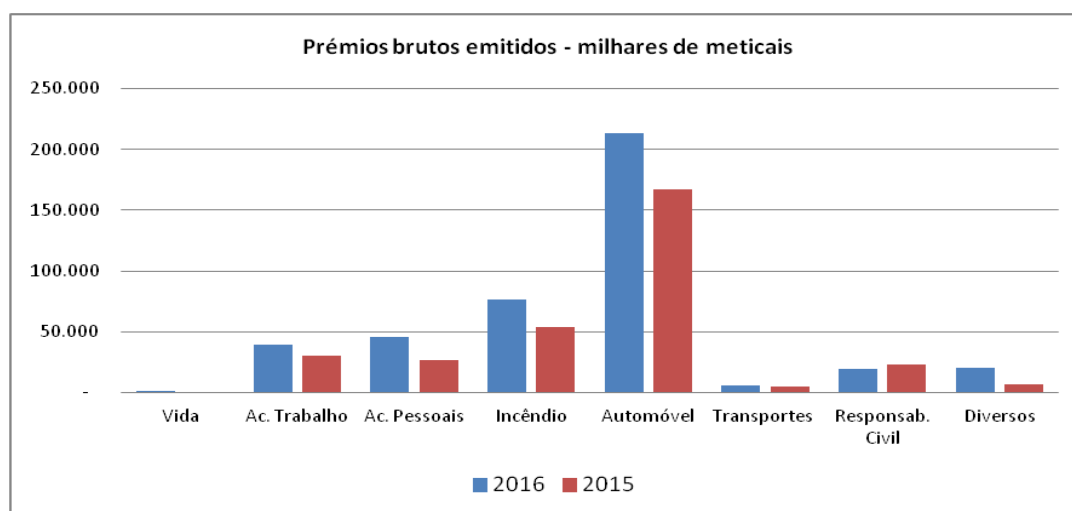
O incremento nos prémios brutos é essencialmente justificado pelo resultado do reforço do relacionamento com os mediadores e das novas parcerias desenvolvidas, bem como com a expansão para zona norte do país. O Canal de mediação passou a ter um peso de 58% em 2016 (2015 : 50%), o canal directo com 39% (2015: 46%) e a Banca com 3% (2015: 4%).



Apraz-nos registar que a Companhia continua a manter, na sua carteira de clientes várias das mais qualificadas empresas e entidades do mercado nacional, das quais se destacam o Grupo Vodacom, FADM, Ernst & Young, Plexus Moçambique, Elizabeth Grazer Pediatric Aids Foundation, Banco Terra Moçambique, Visabeira Moçambique, Construções Gabriel Couto, Electricidade de Moçambique, Conselho de Estado, Sá Machado, Banco Único, Médicos Sem Fronteiras, Hidroelétrica de Cahora Bassa, JAT Constrói, entre muitos outros.

No ano de 2016, foram emitidas 5 972 novas apólices (2015: 5 724). O prémio médio por apólice em carteira ficou-se nos 31,62 milhares de meticais (2015: 31,58). O ramo Automóvel apesar de continuar a ter um peso significativo na produção nova, baixou a sua representação para 43% (2015: 53,27%), denotando desta forma uma maior diversidade ao nível de produção em outros ramos.

O gráfico abaixo, resume a composição dos prémios brutos emitidos, comparando 2016 e 2015:



De destacar o crescimento do ramo Automóvel com 46 milhões de meticais, apesar da ligeira redução do peso na carteira total (2016: 50,57% vs 2015: 53,27%), devido essencialmente ao crescimento do ramo Incêndio com 22 milhões meticais e do ramo



Acidentes Pessoais e Doença com um crescimento de 19 milhões e meticais, como consequência de uma política de venda mais diversificada.

4.4.2. Sinistros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, a Companhia registou a participação de 1 221 processos de sinistro (2015: 1 079 processos), dos quais 843 foram já encerrados. No final do exercício, o número de processos de sinistros abertos era de 309 (2015: 498). No decorrer de 2016 foram encerrados 1 223 processos de sinistro, sendo que 31% dizem respeito a sinistros de anos anteriores.

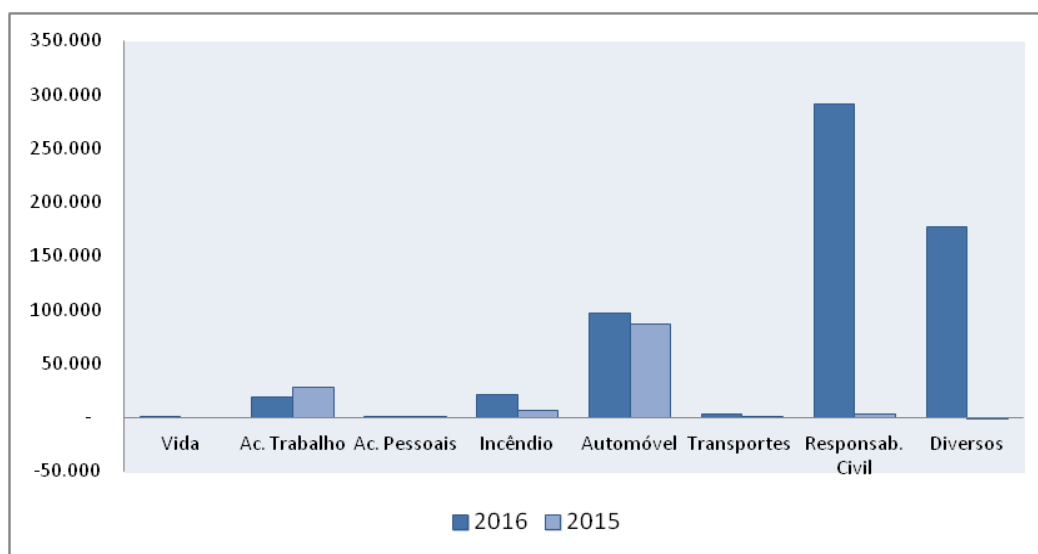
O prazo médio de encerramento dos processos abertos em 2016 foi de 72 dias, com um custo médio de 81 072 meticais, uma melhoria significativa comparativamente ao ano transacto onde se verificou um prazo médio de 129 dias, com um custo médio de 186 244 meticais. Não foi considerado nesta análise o sinistro de ponta da Vodacom, de modo a não deturpar a análise.

Os custos com sinistros atingiram os 607 034 milhares de meticais (2015: 126 236 milhares de meticais), sendo 470 575 milhares de meticais referentes a montantes pagos e a uma variação positiva da provisão de 136 460 milhares de meticais, relativos essencialmente ao ramo Responsabilidade Civil e Diversos.

A grande variação verificou-se nos ramos Responsabilidade Civil e Diversos, influenciada pelos sinistros da Vodacom (183 823 milhares de meticais) e da Emodraga (333 177 milhares de meticais), respectivamente.



O gráfico abaixo resume os custos com sinistros, em milhares de meticais:



De seguida é apresentado o mapa com o rácio de sinistralidade, apenas do seguro directo:

Rácio de Sinistralidade / Prémios adquiridos

Ramo	31-Dez-16	31-Dez-15
Vida	34,08%	0,00%
Acidentes de Trabalho	48,08%	89,35%
Acidentes Pessoais e Doença	0,36%	0,07%
Incêndio e Elementos da Natureza	29,64%	13,53%
Automóvel	50,39%	51,25%
Transportes	44,30%	23,49%
Responsabilidade Civil Geral	1220,18%	20,19%
Diversos	1005,87%	-1,03%
Total	155,02%	41,81%

O rácio de sinistralidade da Companhia fixou-se em cerca de 155% dos prémios adquiridos, com o ramo Responsabilidade Civil e Diversos a apresentarem um acréscimo significativo face ao ano de 2015, em resultado dos sinistros com a Vodacom Moçambique e a Emodraga, atrás referidos. No caso da Vodacom, o risco associado estava ressegurado a 100%, não tendo por isso impacto no resultado do exercício. Por seu



lado, no caso da Emodraga, o risco associado está ressegurado a 66%, sendo que a quota parte do ressegurador neste sinistro é de 219 857 milhares de meticais.

Ao nível dos Acidentes de Trabalho verificámos uma redução da taxa de sinistralidade em 2016 para 48,08% (2015: 89,35%), bem como no ramo Automóvel que passou para 50,39% (2015: 51,25%).

Considerando, os custos com sinistros líquidos de resseguro, a taxa de sinistralidade é analisada como segue:

Rácios de sinistralidade (Sinistros/PA) - Líquidos Resseguro

<u>Ramo</u>	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Vida	34,08%	0,00%
Acidentes de Trabalho	26,89%	41,24%
Acidentes Pessoais e Doença	-125,32%	0,00%
Incêndio e Elementos da Natureza	52,00%	51,25%
Automóvel	51,56%	45,32%
Transportes	284,94%	20,00%
Responsabilidade Civil Geral	79,66%	1,68%
Diversos	531,69%	-7,94%
<u>Rácio global</u>	<u>70,44%</u>	<u>29,30%</u>

4.4.3. Custos de exploração

O valor dos custos de exploração, em 2016, foi de 37 987 milhares de meticais, ou seja, 10,51% dos prémios adquiridos, valor que compara com 9,48%, no ano anterior. O aumento deste rácio está relacionado com a maior dinamização da rede de mediadores levada a cabo durante o presente exercício.

O quadro abaixo, resume o peso dos custos de exploração por ramo nos anos de 2016 e 2015:

**Custos de exploração, por ramo**

Ramo	2016	2015
Vida	1,88%	0%
Acidentes de Trabalho	11,11%	11,66%
Acidentes Pessoais e Doença	7,75%	2,49%
Incêndio e Elementos da Natureza	11,23%	13,06%
Automóvel	11,84%	9,10%
Transportes	14,27%	13,63%
Responsabilidade Civil Geral	4,79%	8,86%
Diversos	4,86%	1,82%
Total	10,51%	9,48%

4.4.4. Custos por natureza

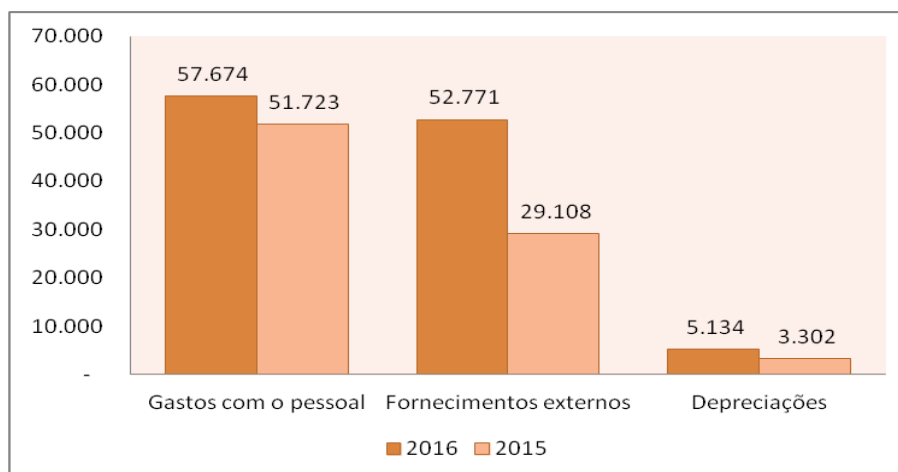
O total dos custos por natureza ascendeu, em 2016, a 29,52% dos prémios adquiridos, mais 1,65 p.p. que em 2015. As despesas com pessoal, incluindo as remunerações dos Órgãos Sociais, representaram 14,73% (17,13%, em 2015). Nos outros Custos, 14,79% (10,74%, em 2015), registou-se um aumento face ao ano anterior justificado essencialmente pela elevada taxa de inflação e câmbio registadas em 2016 com impacto significativo nas rubricas de rendas e trabalhos especializados (honorários de advogados e auditores).

De seguida são apresentados os quadros e gráficos com a composição dos custos por natureza:

Designação	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Despesas Gerais	115 580 225	29,52%	84 133 076	27,87%
. Despesas com o pessoal	57 673 782	14,73%	51 723 204	17,13%
. Outros Custos	57 906 443	14,79%	32 409 872	10,74%
. Fornecimentos e Serviços Externos	52 771 687	13,48%	28 397 535	9,41%
. Impostos e Taxas	-	0,00%	-	0,00%
. Amortizações	5 134 756	1,31%	4 012 337	1,33%
Total dos Prémios Adquiridos	391 586 833		301 895 883	



No gráfico que se segue é feita a ilustração dos custos por natureza nos dois exercícios:



4.4.5. Resseguro cedido

O resseguro cedido apresentou, no final de 2016, um saldo financeiro desfavorável aos resseguradores de 320 763 milhares de meticais, enquanto, em 2015, o saldo foi favorável em 43 046 milhares meticais. O resultado apresentado, aos nossos resseguradores, está influenciado pelos sinistros da Vodacom e Emodraga.

De seguida é apresentado o saldo líquido do movimento com os resseguradores:

Movimento com Resseguradores

	31-Dez-16	31-Dez-15
Prémios de Resseguro Cedido	137 669 967	87 470 873
Comissões e Participação nos Resultados	33 772 293	14 067 541
Sinistros e Variação da provisão para sinistros	424 661 412	30 356 487
Resultado para os Resseguradores	(320 763 737)	43 046 845
Prémios de Seguro Directo	421 999 463	313 815 585
Taxa de Cedência	32,62%	27,87%



4.4.6. Gestão de investimentos

No exercício de 2016, a política de investimentos manteve-se orientada para as aplicações em depósitos a prazo, expressos quer em moeda nacional, quer em moeda estrangeira, e em obrigações de empresas de renome.

Investimentos líquidos de desinvestimentos

Tipo de investimento	31-Dez-16	31-Dez-15
Depósitos a prazo	79 497 621	90 898 251
Obrigações	3 500 000	8 800 000
Imóveis	67 667 700	43 399 200
- De Serviço Próprio	67 667 700	43 399 200
Total	150 665 321	143 097 451

A variação positiva evidenciada no quadro acima, resulta essencialmente da reavaliação do imóvel onde funciona a Sede da Companhia.

4.4.7. Situação financeira

O activo líquido, em 2016, totalizou 561 365 milhares de meticais, contra 402 061 milhares de meticais, em 2015.

O total dos capitais próprios que, em 2015, se fixou em 122 607 milhares meticais, passou a 89 057 milhares de meticais, em 2016, decorrente essencialmente do resultado negativo com a constituição da provisão para o sinistro da Emodraga e do impacto positivo da reavaliação do imóvel.

Importa, ainda, referir que no exercício de 2016 se procedeu à cobrança de recibos no valor de 353 537 milhares de meticais. Este valor representa cerca de 84% dos prémios processados, muito abaixo dos 96,15% registados no exercício anterior. Este decréscimo reflecte as dificuldades resultantes da actual conjuntura do mercado, dadas as incertezas e dificuldades financeiras que levaram muitos segurados a redefinirem as suas prioridades.



Durante o exercício de 2016, prosseguiu-se com a política de redução dos recibos com maior antiguidade. O rácio verificado, dadas as circunstâncias específicas do mercado moçambicano, pode considerar-se satisfatório.

É nossa convicção que, no decurso do exercício de 2017, será possível aumentar o rácio de cobrança para valores acima de 100% uma vez se verificarem as boas perspectivas de retoma da economia moçambicana a partir do 2º semestre.

O montante dos prémios em cobrança atingiu, em 31 de Dezembro de 2016, os expressivos 200 485 milhares de meticais. A provisão para recibos por cobrar, que ascende a 44 625 milhares de meticais, correspondente a uma cobertura de cerca de 22,0% do montante desses prémios. O valor de prémios à cobrança, com menos de 1 ano, representa cerca de 81% do total. O reforço da provisão está em conformidade com os critérios definidos pela Autoridade de Supervisão e que reflectem uma maior adequação à realidade moçambicana.

Verificou-se igualmente no mercado bancário à liquidação do Nossobanco, no qual a MCS reconheceu como imparidade o valor total que se encontrava depositado (6 107 milhares de meticais).

O passivo da Companhia é, essencialmente, constituído por provisões técnicas, próprias da actividade seguradora, e por créditos relacionados com operações de resseguro.

4.4.8. Apreciação dos resultados

O prejuízo do exercício atingiu os 43 872 milhares de meticais resultante essencialmente do sinistro de ponta com o cliente Emodraga que teve um impacto negativo, liquidado de resseguro, de 56 629 milhares de meticais. Pela positiva foi obtido um crescimento de 27,33% dos prémios adquiridos líquidos de resseguro, conjugado com diferenças cambiais positivas resultantes da desvalorização do metical face ao dólar norte americano e dos rendimentos associados aos investimentos financeiros.



4.5. Perspectivas para 2017

Para o ano de 2017, assumem-se como prioridades a continuação do incremento da relação com o canal de mediação, a dinamização do seguro de Vida mais ligado ao Corporate e ao seguro de funeral, medidas de selecção de carteira mais céleres, quer ao nível de análise de sinistralidade, quer ao nível de recibos à cobrança, para que se obtenha o equilíbrio necessário na exploração técnica dos ramos.

Os valores alcançados, já no decorrer do ano de 2017, permitem antever um bom exercício. De facto, o volume de Prémios Brutos Emitidos, no primeiro trimestre, foi de 117 milhões de meticais (2016: 86 milhões de meticais), com uma taxa de crescimento de 36%. Os Custos com Sinistros cresceram em termos absolutos apenas 4,5%, o que permitiu uma redução da taxa de sinistralidade para 26%, que compara com 34% do ano anterior.

A MCS irá continuar a solidificar a sua posição no mercado segurador, fruto de um relacionamento mais próximo com os diferentes canais de distribuição.

Continuaremos a apostar no apoio aos agentes loja (Nacala e Pemba), tendo por base a expansão territorial conseguida na zona norte com a abertura provisória do Balcão de Nampula. Encontram-se igualmente em estudo a viabilidade de abertura de agentes loja na zona de Maxixe, Quelimane, Lichinga e Chimoio.

Tendo como perspectivas um crescimento moderado da economia, e o continuo aumento do número de operadores, tem-se verificado uma degradação das taxas técnicas praticadas no mercado segurador, pelo que a Companhia irá continuar a dedicar muita atenção à racionalização de custos, de modo a melhorar os níveis de produtividade e desempenho.



5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de 43 872 milhares de meticais, seja levado na totalidade, a resultados transitados.

Com a aplicação do resultado constante da presente proposta, a situação líquida da Companhia fixar-se-á em 89 057 milhares de meticais.

6. Notas Finais

Ao finalizar, apresentamos as nossas saudações e agradecimentos a todos quantos nos têm ajudado e apoiado, contribuindo de forma decisiva para o crescimento da Companhia, nomeadamente:

- . ao Governo de Moçambique e, em particular, ao Ministério da Economia e Finanças, que tem assegurado ao País um clima de estabilidade e progresso, favorável ao desenvolvimento dos negócios;
- . ao Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, pela forma como tem acompanhado o sector e a actividade da Companhia;
- . ao Conselho Fiscal, pelo apoio sempre recebido e acompanhamento diligente da vida da Companhia;
- . aos Accionistas, pelo empenhamento e compreensão manifestados;
- . aos Auditores, pela colaboração prestada;
- . à Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio técnico sempre disponível;
- . aos Resseguradores pela acessibilidade e compreensão demonstradas;
- . aos Corretores e restantes parceiros pela colaboração prestada;
- . aos Clientes pela confiança demonstrada;
- . aos Trabalhadores pelo esforço, competência e dedicação com que desempenharam as suas tarefas.

Maputo, 21 de Abril de 2017

O Conselho de Administração



Presidente

G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais S.A., representada por
Dr. Lucas Fazine Chachine

O Vice - Presidente

Lusitania, Companhia de Seguros, SA, representada por
Dr. Fernando Dias Nogueira

O Vogal

Dr. Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro



Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

Ganhos e Perdas

GANHOS E PERDAS	Notas	Ramo Vida	Ramos Não Vida						Conta Não Técnica	Totais do Exercício	Totais do Exercício Anterior		
			Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais e Doença	Incêndio e Elementos da Natureza	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil Geral				Diversos	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro			226 546	37 288 283	1 606 991	17 158 331	186 436 758	731 873	3 339 016	12 130 980	-	258 918 778	203 344 461
Prémios brutos emitidos	4.14	1 038 316	39 434 764	45 794 172	76 680 571	213 407 061	6 351 149	19 253 464	20 039 967	-	-	421 999 463	313 815 585
Prémios de resseguro cedido	4.14	(1 638)	(1 478 804)	(43 787 175)	(56 931 031)	(8 014 118)	(5 459 218)	(16 291 739)	(5 706 244)	-	-	(137 669 967)	(87 470 873)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4.9	(823 926)	(820 437)	(3 505 486)	(6 371 191)	(20 719 728)	(286 162)	4 593 579	(2 479 279)	-	-	(30 412 630)	(35 972 326)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	4.8	13 794	152 759	3 105 480	3 779 982	1 763 543	126 104	(4 216 288)	276 536	-	-	5 001 912	12 972 075
Custos com sinistros líquidos de resseguro			73 074	10 025 281	(2 013 938)	8 922 905	96 121 328	2 085 405	2 659 804	64 499 199	-	182 373 058	95 879 699
Montantes pagos													
Montantes brutos	4.15	73 074	15 745 180	-	20 914 673	92 014 578	2 563 828	301 586 262	37 677 159	-	-	470 574 755	108 966 353
Parte dos resseguradores	4.15	-	(3 872 947)	(2 081 684)	(12 005 193)	(569 473)	(589 817)	(288 283 357)	(24 827 528)	-	-	(332 229 999)	(5 960 208)
Provisão para sinistros (variação)													
Montante bruto	4.15	-	2 821 011	154 020	(77 647)	5 088 993	122 709	(10 609 812)	138 960 440	-	-	136 459 715	17 269 833
Parte dos resseguradores	4.15	-	(4 667 963)	(86 274)	91 071	(412 773)	(11 315)	(33 290)	(87 310 871)	-	-	(42 851 156)	(24 396 278)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4.7	-	-	746 709	1 050 471	-	57 908	-	13 702 958	-	-	15 558 046	232 465
Gastos de exploração líquidos			287 944	15 860 777	12 298 372	5 989 842	82 902 513	(747 283)	379 985	2 722 248	-	119 694 397	92 918 689
Custos de aquisição	4.16	224 317	5 897 020	11 500 880	11 303 743	27 250 531	1 901 398	1 846 348	2 103 417	-	-	62 027 655	46 346 529
Custos de aquisição diferidos (variação)	4.16	(55 913)	(130 430)	(583 895)	(809 566)	4 848 766	(64 815)	(11 747)	(92 206)	-	-	3 100 194	(1 966 261)
Custos administrativos	4.16	119 540	10 094 187	5 517 571	13 974 298	54 314 071	386 725	2 596 651	1 335 799	-	-	88 338 841	62 605 962
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.16	-	-	(4 136 185)	(18 478 633)	(3 510 855)	(2 970 591)	(4 051 267)	(624 762)	-	-	(33 772 293)	(14 067 541)
Rendimentos													
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12 728 297	-	12 728 297	8 046 497
Gastos com investimentos													
Outros	4.16	-	202 303	236 020	387 747	1 078 948	33 717	101 151	84 293	-	-	2 124 180	1 339 356
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			24 794	3 239 475	(432 290)	2 391 023	9 707 566	47 909	159 827	2 959 548	6 107 518	24 205 370	11 847 099
De activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	4.8	24 794	3 239 475	(432 290)	2 391 023	9 707 566	47 909	159 827	2 959 548	-	-	18 097 852	11 847 099
De investimentos a deter até a maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 107 518	-	6 107 518	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro													
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	4.17	-	-	-	-	-	-	-	-	25 242 996	-	25 242 996	11 643 656
Resultado antes de imposto			(159 266)	7 960 447	(9 227 881)	(1 583 657)	(3 373 597)	(745 782)	38 248	(71 837 266)	31 863 775	(47 064 981)	20 817 307
Impostos correntes	4.18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5 912 335)
Impostos diferidos	4.18	-	-	-	-	-	-	-	-	3 193 191	-	3 193 191	(3 130 859)
Resultado líquido do exercício			(159 266)	7 960 447	(9 227 881)	(1 583 657)	(3 373 597)	(745 782)	38 248	(71 837 266)	35 056 965	(43 871 790)	11 774 112



MOÇAMBIQUE COMPANHIA DE SEGUROS



BALANÇO	Notas	31-Dez-16			31-Dez-15
		Valor bruto	Depreciações e provisões	Valor líquido	
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.1	24 782 558	-	24 782 558	45 201 333
Empréstimos e contas a receber					
Outros depósitos	4.2	107 265 691	-	107 265 691	108 016 424
Investimentos a deter até a maturidade	4.3	3 688 822	-	3 688 822	8 934 873
Edifícios					
De uso próprio	4.4	67 667 700	4 558 700	63 109 000	39 493 272
Outros activos tangíveis	4.5	35 491 169	19 391 776	16 099 392	9 938 609
Outros activos intangíveis	4.6	11 690 372	878 800	10 811 571	5 367 550
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	4.7	29 457 246	-	29 457 246	24 473 422
Provisão para sinistros					
De acidentes de trabalho	4.7	4 637 478	-	4 637 478	4 636 890
De outros ramos	4.7	93 929 904	-	93 929 904	5 035 147
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por outras operações de seguro directo	4.8	204 286 447	44 624 671	159 661 776	108 252 613
Contas a receber por outras operações de resseguro	4.8	16 060 197	-	16 060 197	13 044 920
Contas a receber por outras operações	4.8	28 735 618	6 107 518	22 628 100	22 189 145
Activos por impostos					
Activos por impostos correntes	4.18	7 735 613	-	7 735 613	6 458 144
Activos por impostos diferidos	4.18	-	-	-	9 504
Acréscimos e diferimentos	4.19	1 498 136	-	1 498 136	1 009 087
Total do activo		636 926 950	75 561 465	561 365 484	402 060 931



BALANÇO	Notas	31-Dez-16	31-Dez-15
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas			
Provisão para prémios não adquiridos	4.9	142 686 993	109 174 993
Provisão para sinistros			
Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.9	26 399 668	23 525 071
De outros ramos	4.9	170 929 664	19 448 754
Provisão para desvios de sinistralidade	4.9	1 412 330	361 859
Provisão para riscos em curso	4.9	15 431 182	923 607
Empréstimos bancários	4.10	-	8 498 924
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro directo	4.11	29 941 532	35 356 600
Contas a pagar por operações de resseguro	4.11	38 300 403	38 703 281
Contas a pagar por outras operações	4.11	18 370 555	22 973 104
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	4.18	10 248 847	12 578 838
Passivos por impostos diferidos	4.18	11 050 598	6 487 372
Acréscimos e diferimentos	4.19	7 536 998	1 421 195
Total do passivo		472 308 770	279 453 597
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	4.12	100 000 000	100 000 000
Reservas de reavaliação	4.13	34 460 682	-
Reserva por impostos diferidos	4.13	(11 027 418)	-
Reserva legal	4.13	7 911 963	5 557 141
Reservas estatutárias	4.13	2 213 691	1 624 985
Outras reservas	4.13	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	4.13	(2 095 047)	2 186 461
Resultados do exercício		(43 871 790)	11 774 112
Total do Capital Próprio		89 056 714	122 607 334



**DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO
CAPITAL PRÓPRIO**

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Reservas estatutárias	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Distribuição de dividendos	Total do capital próprio
Balanco a 31 de Dezembro de 2014	33 000 000	-	-	4 363 604	1 326 601	1 464 634	(2 289 304)	5 967 687	-	43 833 222
Aplicação do resultado do exercício de 2014	-	-	-	1 193 537	298 384	-	4 475 765	(5 967 687)	-	-
Aumento de capital social	67 000 000	-	-	-	-	-	-	-	-	67 000 000
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11 774 112	-	11 774 112
Balanco a 31 de Dezembro de 2015	100 000 000	-	-	5 557 141	1 624 985	1 464 634	2 186 461	11 774 112	-	122 607 334
Aplicação do resultado do exercício de 2015	-	-	-	2 354 822	588 706	-	2 649 175	(11 774 112)	6 181 409	-
Reclassificação do valor de reavaliação de edifício de uso próprio registado em resultados transitados	-	10 192 182	-	-	-	-	(10 192 182)	-	-	-
Reclassificação do valor de impostos diferidos de edifício de uso próprio registado em resultados	-	-	(3 261 498)	-	-	-	3 261 498	-	-	-
Reavaliação de edifício de uso próprio	-	24 268 500	-	-	-	-	-	-	-	24 268 500
Impostos diferidos sobre o valor de reavaliação de edifício de uso próprio	-	-	(7 765 920)	-	-	-	-	-	-	(7 765 920)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(43 871 790)	(6 181 409)	(50 053 200)
Balanco a 31 de Dezembro de 2016	100 000 000	34 460 682	(11 027 418)	7 911 963	2 213 691	1 464 634	(2 095 047)	(43 871 790)	-	89 056 714



DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

	Notas	2016	2015
Resultado líquido do exercício		(43 871 790)	11 774 112
<u>Reserva de reavaliação de edifício de uso próprio</u>		24 268 500	-
<u>Imposto diferido sobre a Reserva de reavaliação de edifício de uso próprio</u>		(7 765 920)	-
Total do rendimento integral		(27 369 210)	11 774 112



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(43 871 790)	11 774 112
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>		
Impostos sobre o rendimento	(3 193 191)	9 043 194
Depreciações e amortizações	5 134 757	4 012 336
Mais valia no abate de activos tangíveis	(390 000)	-
Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18 097 852	11 847 099
<u>Variações nos activos e passivos operacionais:</u>		
(Aumento) / redução em devedores por operações de seguros e outras operações	(55 352 445)	14 687 143
Aumento / (redução) em credores por operações de seguros e outras operações	64 106 858	(23 983 225)
Regularização de saldos	-	-
Aumento / (redução) de impostos activos / passivos	11 575 283	(4 192 880)
Pagamento de imposto sobre o rendimento	(7 416 824)	(975 070)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais	(11 309 500)	22 212 709
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de activos tangíveis	(10 004 458)	(5 035 096)
Aquisição de activos intangíveis	(5 444 021)	(5 271 029)
Venda de activos tangíveis	3 588 471	20 000
Aquisição de títulos de dívida	-	(6 800 000)
Reembolso de títulos de dívida	2 000 000	2 000 000
Constituição de depósitos a prazo	750 733	(47 942 979)
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	(9 109 275)	(63 029 104)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Empréstimos bancários obtidos	11 951 152	7 375 038
Reembolso de empréstimos bancários	(11 951 152)	(1 123 886)
Aumento de capital social	-	67 000 000
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	-	73 251 152
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	(20 418 774)	32 434 757
Caixa e equivalentes de caixa a 1 de Janeiro	45 201 333	12 766 576
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de Dezembro	24 782 558	45 201 333

Notas às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Notas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

A MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por MCS ou Companhia) é uma sociedade anónima, constituída em 20 de Julho de 2000, por tempo indeterminado. Tem a sua sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável.

A Companhia tem por objecto o exercício da actividade de seguros e resseguros, em todos os ramos Vida e Não Vida e iniciou a actividade operacional em 3 de Junho de 2001.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), emitidas até àquela data, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), relativas à contabilização das operações das empresas de seguros. Em consequência, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). De referir que, em referência a 31 de Dezembro de 2016, os activos detidos pela Companhia afectos para representação das provisões técnicas, revelam-se insuficientes no montante de 185.970.658 Meticais, de acordo com os requisitos regulamentares actualmente em vigor.

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração e estão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas agendada para 27 de Abril de 2017.



2.2. Políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

A MCS tem o metical como moeda funcional. As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.

As taxas de câmbio consideradas para a conversão dos activos e passivos financeiros em MZN às datas de 31 de Dezembro de 2016 e de 31 de Dezembro de 2015 foram as seguintes:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Dólar Norte-Americano	72,11	48,81
Rand Sul-Africano	5,19	3,13
Euro	77,07	53,35

b) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido, bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:



Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.



Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da MCS na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A MCS avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.



Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a MCS tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Para os activos financeiros em que não sejam possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.



c) Imparidade de activos financeiros

A MCS avalia em cada data de balanço a existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado, e que deve ser liquidado pela entrega de um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.



Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A MCS classifica os restantes passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.



Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

f) Resseguro

No decurso da sua actividade a MCS analisa a possibilidade de cedência de risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.



g) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados inicialmente pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro sempre que apresentem montantes e prazo de maturidade significativa, são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em resultados qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da Demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como Caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Provisões

A MCS constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

j) Activos tangíveis e edifícios de uso próprio

Os activos tangíveis utilizados pela MCS no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.



Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

- Edifícios: 50 anos
- Equipamento informático: 4 a 6 anos
- Mobiliário e material: 6 a 10 anos
- Equipamento de transporte: 4 anos

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua efectivação.

A MCS efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Na mensuração subsequente dos edifícios de uso próprio, a MCS passou a adoptar desde o exercício de 2016, o modelo de revalorização, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.



Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Companhia utiliza os critérios de classificação que constam, respectivamente, nos IAS 16 e IAS 40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Companhia adota o princípio da recuperabilidade do activo. Deste modo, e para os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de rendimento, utilizando os critérios de mensuração do IAS 40. Por sua vez, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam do IAS 16.

k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da MCS são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A MCS procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A amortização dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, considerando-se 3 anos de vida útil.

l) Imparidade de itens não monetários

A MCS avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se



existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a MCS estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a MCS reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a MCS estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a MCS tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos



ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

o) Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:



Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método *pro-rata temporis*. A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no balanço deduzida dos custos de aquisição diferidos.

Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do



exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão matemática

A provisão matemática dos seguros do ramo Vida corresponde ao valor dos compromissos assumidos pela Companhia, incluindo as participações nos resultados, líquido do valor actuarial dos prémios futuros. As taxas de desconto consideradas têm como referência a taxa de risco de mercado em que a Companhia se encontra.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

A provisão para IBNR é calculada para os ramos Vida e Não Vida pelo correspondente a 1% e 5%, respectivamente, dos custos com sinistros líquidos de resseguro.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima para o seguro directo. A quota parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados à data do encerramento do exercício, relativos a contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja



que aquela tenha mais oscilações e deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo da provisão para desvios de sinistralidade está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo destes ajustamentos é efectuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISSM, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar em 31 de Dezembro de 2016 não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

p) Locações

A determinação se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para o locatário todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota (j) e registada como gasto na Conta de Ganhos e Perdas dentro do período a que respeitam.



As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados nos exercícios a que se referem.

q) Relato por segmentos

A Companhia reporta de acordo com a sua organização de unidades de negócio, nomeadamente, os ramos Vida, Não Vida e os Serviços de Gestão de Investimentos.

2.3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela gestão são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos exercícios seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a MCS necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.



As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos seguros. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador do seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da MCS, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Companhia elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A MCS procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).



Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela MCS com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações.

Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que se efectue adequados julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.

2.4. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Durante o exercício de 2016 e 2015 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeitos de comparabilidade desse exercício.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.



3. Relato por segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, nomeadamente:

- Ramo Vida ainda em fase embrionária com a recente concessão da licença por parte do órgão regulador – ISSM.
- Ramos Não Vida que compreendem a generalidade dos seguros comercializados para particulares e empresas.
- Serviços de Gestão de Investimentos que gere as aplicações decorrentes dos prémios recebidos dos segurados.

A definição destes segmentos de negócio foi efectuada tendo em conta a similaridade da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração dos mesmos e a organização de gestão em vigor na Companhia.

O desempenho por segmento é avaliado com base nos ganhos e perdas apresentados.

O balanço por segmentos de negócio foi elaborado, com excepção dos activos financeiros, das provisões técnicas e dos resultados antes de impostos (que já estavam registados por ramo de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio as percentagens das provisões técnicas.

**BALANÇO POR SEGMENTOS****31-Dez-16**

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Total
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	63 511	24 719 047	-	24 782 558
Empréstimos e contas a receber	274 893	83 192 506	23 798 292	107 265 691
Investimentos a deter até a maturidade	9 453	3 679 368	-	3 688 822
Edifícios	-	63 109 000	-	63 109 000
Outros activos tangíveis	-	16 099 392	-	16 099 392
Outros activos intangíveis	-	10 811 571	-	10 811 571
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	128 024 628	-	128 024 628
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	162 241	175 559 732	22 628 100	198 350 073
Activos por impostos	-	-	7 735 613	7 735 613
Acréscimos e diferimentos	-	-	1 498 136	1 498 136
Total do activo	510 098	505 195 245	55 660 141	561 365 484
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	914 534	355 945 303	-	356 859 837
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	68 241 935	18 370 555	86 612 490
Passivos por impostos	-	-	21 299 445	21 299 445
Acréscimos e diferimentos	-	-	7 536 998	7 536 998
Total do passivo	914 534	424 187 238	47 206 998	472 308 770
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	67 000 000	33 000 000	-	100 000 000
Reservas de reavaliação	-	34 460 682	-	34 460 682
Reserva por impostos diferidos	-	(11 027 418)	-	(11 027 418)
Reserva legal	-	-	7 911 963	7 911 963
Reservas estatutárias	-	-	2 213 691	2 213 691
Outras reservas	-	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	-	(2 095 047)	(2 095 047)
Resultados do exercício	(159 266)	(70 024 531)	26 312 007	(43 871 790)
Total do Capital Próprio	66 840 734	(13 591 267)	35 807 248	89 056 714
Total do Passivo e do Capital Próprio	67 755 268	410 595 971	83 014 246	561 365 484

**BALANÇO POR SEGMENTOS**

	31-Dez-15			Total
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	43 165	45 158 168	-	45 201 333
Empréstimos e contas a receber	103 150	107 913 274	-	108 016 424
Investimentos a deter até a maturidade	8 532	8 926 341	-	8 934 873
Edifícios	-	39 493 272	-	39 493 272
Outros activos tangíveis	-	9 938 609	-	9 938 609
Outros activos intangíveis	-	5 367 550	-	5 367 550
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	34 145 459	-	34 145 459
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	162 241	121 135 291	22 189 145	143 486 677
Activos por impostos	-	-	6 467 648	6 467 648
Acréscimos e diferimentos	-	-	1 009 087	1 009 087
Total do activo	317 088	372 077 964	29 665 879	402 060 931
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	146 522	153 287 762	-	153 434 283
Empréstimos bancários	-	-	8 498 924	8 498 924
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	74 059 881	22 973 104	97 032 984
Passivos por impostos	-	-	19 066 211	19 066 211
Acréscimos e diferimentos	-	-	1 421 195	1 421 195
Total do passivo	146 522	227 347 643	51 959 433	279 453 597
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	67 000 000	33 000 000	-	100 000 000
Reserva legal	-	-	5 557 141	5 557 141
Reservas estatutárias	-	-	1 624 985	1 624 985
Outras reservas	-	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	-	2 186 461	2 186 461
Resultados do exercício	13 559	7 513 643	4 246 911	11 774 112
Total do Capital Próprio	67 013 559	40 513 643	15 080 132	122 607 334
Total do Passivo e do Capital Próprio	67 160 080	267 861 286	67 039 565	402 060 931


GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS
2016

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Totais do Exercício
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	226 546	258 692 231	-	258 918 778
Prémios brutos emitidos	1 038 316	420 961 147	-	421 999 463
Prémios de resseguro cedido	(1 638)	(137 668 330)	-	(137 669 967)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(823 926)	(29 588 704)	-	(30 412 630)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	13 794	4 988 117	-	5 001 912
Custos com sinistros líquidos de resseguro	73 074	182 299 983	-	182 373 058
Montantes pagos				
Montantes brutos	73 074	470 501 681	-	470 574 755
Parte dos resseguradores	-	(332 229 999)	-	(332 229 999)
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	-	136 459 715	-	136 459 715
Parte dos resseguradores	-	(92 431 413)	-	(92 431 413)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	15 558 046	-	15 558 046
Gastos de exploração líquidos	287 944	119 406 453	-	119 694 397
Custos de aquisição	224 317	61 803 338	-	62 027 655
Custos de aquisição diferidos (variação)	(55 913)	3 156 107	-	3 100 194
Custos administrativos	119 540	88 219 301	-	88 338 841
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	(33 772 293)	-	(33 772 293)
Rendimentos				
Outros	-	12 728 297	-	12 728 297
Gastos com investimentos				
Outros	-	-	2 124 180	2 124 180
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	24 794	24 180 576	-	24 205 370
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	24 794	18 073 058	-	18 097 852
De outros	-	6 107 518	-	6 107 518
Outros rendimentos/gastos	-	-	25 242 996	25 242 996
Resultado antes de imposto	(159 266)	(70 024 531)	23 118 816	(47 064 981)
Impostos correntes	-	-	-	-
Impostos diferidos	-	-	3 193 191	3 193 191
Resultado líquido do exercício	(159 266)	(70 024 531)	26 312 007	(43 871 790)


GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS
2015

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Totais do Exercício
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	13 559	203 330 902	-	203 344 461
Prémios brutos emitidos	160 080	313 655 505	-	313 815 585
Prémios de resseguro cedido	-	(87 470 873)	-	(87 470 873)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(146 522)	(35 825 804)	-	(35 972 326)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	12 972 075	-	12 972 075
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	95 879 699	-	95 879 699
Montantes pagos				
Montantes brutos	-	108 966 353	-	108 966 353
Parte dos resseguradores	-	(5 960 208)	-	(5 960 208)
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	-	17 269 833	-	17 269 833
Parte dos resseguradores	-	(24 396 278)	-	(24 396 278)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	232 465	-	232 465
Gastos de exploração líquidos	-	92 918 689	-	92 918 689
Custos de aquisição	-	46 346 529	-	46 346 529
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	(1 966 261)	-	(1 966 261)
Custos administrativos	-	62 605 962	-	62 605 962
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	(14 067 541)	-	(14 067 541)
Rendimentos				
Outros	-	8 046 497	-	8 046 497
Gastos com investimentos				
Outros	-	-	1 339 356	1 339 356
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	11 847 099	-	11 847 099
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	11 847 099	-	11 847 099
Outros rendimentos/gastos	-	-	11 643 656	11 643 656
Resultado antes de imposto	13 559	10 499 448	10 304 300	20 817 307
Impostos correntes	-	(2 985 805)	(2 926 530)	(5 912 335)
Impostos diferidos	-	-	(3 130 859)	(3 130 859)
Resultado líquido do exercício	13 559	7 513 643	4 246 911	11 774 112



4. Notas às demonstrações financeiras

4.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa	49 439	59 802
Depósitos à Ordem	24 733 119	45 141 531
	24 782 558	45 201 333

4.2. Empréstimos e contas a receber – Outros depósitos

A decomposição da rubrica de outros depósitos é constituída pelos Depósitos a prazo contratados pela MCS à data fecho do exercício.

O detalhe por moeda e instituição de crédito é a seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
<u>Meticais</u>		
Millennium BIM	1 586 033	8 068 562
Banco Comercial e de Investimentos	10 763 561	10 048 759
First National Bank	5 525 342	5 506 849
Banco Único	8 186 507	11 282 630
Nosso Banco	-	5 548 493
African Banking Corporation	4 766 301	5 021 192
Capital Bank	-	8 070 110
Moza Banco	6 198 651	5 990 685
Banco Terra	3 028 110	18 548 384
Banco BIG	12 112 055	-
<u>Dólares Norte-Americanos</u>		
Millennium BIM	5 054 542	-
Banco Único	18 281 087	12 411 113
Banco Comercial e de Investimentos	2 886 602	-
Banco Terra	23 798 292	16 095 131
<u>Rands Sul-Africanos</u>		
Banco Comercial e de Investimentos	5 078 608	1 424 517
	107 265 691	108 016 424



4.3. Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são constituídos pelos seguintes títulos:

		<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Obrigações Moza Banco 2014	(i)	1 646 082	2 106 167
Obrigações PETROMOC 2015	(ii)	2 042 740	1 519 833
Papel Comercial Moza Banco 2015		-	3 801 425
Obrigações Banc ABC 2014		-	1 507 448
		<u>3 688 822</u>	<u>8 934 873</u>

(i) As obrigações Moza Banco foram adquiridas em 6 de Agosto de 2014, por um período de 3 anos, tendo o seu vencimento a 6 de Agosto de 2017. Estes títulos rendem juros a uma taxa fixa de 13% para o primeiro e segundo cupão sendo que os restantes cupões estão indexados à FPC + 4,25%, com pagamentos semestrais de juros. O capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

(ii) As obrigações Petromoc foram adquiridas em Agosto de 2015, por um período de 5 anos, tendo o seu vencimento a 25 de Agosto de 2020. Estas obrigações rendem juros a uma taxa indexada à FPC acrescida de uma margem de 6,5%, sendo pagos trimestralmente. O capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

4.4. Edifícios de uso próprio

Tal como referido na nota 2.2 a MCS aplicou a isenção que permite uma entidade optar por mensurar um item do activo tangível na data de transição para o novo plano de contas pelo seu justo valor e usar esse justo valor como custo considerado nessa data.

A rubrica de Edifícios de uso próprio é constituída pelo imóvel sito na Avenida Kenneth Kaunda, no qual se situa a Sede da Companhia.



Durante o exercício de 2016, a Companhia procedeu à reavaliação do seu edifício sede tendo registado uma reserva de reavaliação no valor de 24 268 500 meticais (Nota 4.13).

O valor contabilístico do edifício decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Edifício Sede		
Custo	33 207 018	33 207 018
Reavaliação	34 460 682	10 192 182
	<u>67 667 700</u>	<u>43 399 200</u>
Depreciações acumuladas	(4 558 700)	(3 905 928)
Valor líquido	<u><u>63 109 000</u></u>	<u><u>39 493 272</u></u>

4.5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>Compras</u>	<u>Vendas / Abates</u>	<u>Transferências / Regularizações</u>	<u>31-Dez-16</u>
<i>Custo de aquisição</i>					
Equipamento administrativo	1 599 192	24 585	-	-	1 623 777
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	6 304 179	1 228 320	-	-	7 532 499
Material de transporte	13 950 605	6 800 000	(3 588 471)	-	17 162 134
Mobiliário e material	4 915 077	993 791	-	286 630	6 195 498
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	577 379	422 830	-	-	1 000 208
Activos em curso	286 630	534 932	-	(286 630)	534 932
	<u>29 075 182</u>	<u>10 004 458</u>	<u>(3 588 471)</u>	<u>-</u>	<u>35 491 169</u>
	<u>31-Dez-15</u>	<u>Depreciação do exercício</u>	<u>Vendas / Abates</u>	<u>Transferências / Regularizações</u>	<u>31-Dez-16</u>
<i>Depreciações acumuladas</i>					
Equipamento administrativo	1 087 746	152 492	-	-	1 240 238
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	4 854 137	638 137	-	-	5 492 274
Material de transporte	8 691 304	3 061 458	(3 588 471)	-	8 164 290
Mobiliário e material	3 007 222	514 559	-	-	3 521 781
Património artístico	638 309	-	-	(638 309)	-
Outro equipamento	360 827	115 338	-	-	476 165
	<u>19 136 572</u>	<u>4 481 985</u>	<u>(3 588 471)</u>	<u>(638 309)</u>	<u>19 391 776</u>
Valor líquido	<u><u>9 938 609</u></u>				<u><u>16 099 392</u></u>



O aumento verificado na rubrica de equipamento informático refere-se essencialmente à aquisição de computadores e impressoras no âmbito das novas contratações de colaboradores e expansão para a zona norte do país.

O aumento verificado no material de transporte é justificado pela aquisição de 7 viaturas ligeiras para a substituição, essencialmente, daquelas que foram abatidas durante o exercício, dado o seu avançado estado de degradação.

A 31 de Dezembro de 2015, o movimento nos activos tangíveis era o seguinte:

	31-Dez-14	Compras	Vendas / Abates	Regularizações	31-Dez-15
<i>Custo de aquisição</i>					
Equipamento administrativo	1 538 579	60 613	-	-	1 599 192
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	5 365 212	938 967	-	-	6 304 179
Material de transporte	10 481 263	3 469 342	-	-	13 950 605
Mobiliário e material	4 773 403	161 674	(20 000)	-	4 915 077
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	459 509	117 870	-	-	577 379
Activos em curso	-	286 630	-	-	286 630
	24 060 086	5 035 096	(20 000)	-	29 075 182
	31-Dez-14	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Regularizações	31-Dez-15
<i>Depreciações acumuladas</i>					
Equipamento administrativo	894 042	193 704	-	-	1 087 746
Máquinas e ferramentas	455 429	41 599	-	-	497 028
Equipamento informático	4 188 791	665 346	-	-	4 854 137
Material de transporte	6 697 709	1 968 245	-	25 350	8 691 304
Mobiliário e material	2 631 919	395 303	(20 000)	-	3 007 222
Património artístico	543 800	94 509	-	-	638 309
Outro equipamento	358 184	2 643	-	-	360 827
	15 769 874	3 361 348	(20 000)	25 350	19 136 572
Valor líquido	8 290 212				9 938 609



4.6. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-15	Aumentos	Transferências	Regularizações	31-Dez-16
<i>Custo de aquisição</i>					
Despesas em edifícios arrendados	878 800	-	-	-	878 800
Activos em curso	5 367 550	5 444 021	-	-	10 811 571
	6 246 350	5 444 021	-	-	11 690 372

	31-Dez-15	Amortizações do exercício	Transferências	Regularizações	31-Dez-16
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Despesas em edifícios arrendados	878 800	-	-	-	878 800
	878 800	-	-	-	878 800

<i>Valor líquido</i>	<u><u>5 367 550</u></u>				<u><u>10 811 571</u></u>
----------------------	-------------------------	--	--	--	--------------------------

O aumento nesta rubrica é explicado pelas despesas incorridas com a reabilitação das novas instalações arrendadas em Nampula no âmbito da expansão da presença da MCS na zona norte. O valor estimado para a reabilitação das instalações é de cerca de 10 milhões de meticais, estando o prazo de conclusão das obras previsto para Abril de 2017.

A 31 de Dezembro de 2015, o movimento nos activos intangíveis era o seguinte:

	31-Dez-14	Aumentos	Transferências	Regularizações	31-Dez-15
<i>Custo de aquisição</i>					
Despesas em edifícios arrendados	975 321	-	(96 521)	-	878 800
Activos em curso	-	5 271 029	96 521	-	5 367 550
	975 321	5 271 029	-	-	6 246 350

	31-Dez-14	Amortizações do exercício	Transferências	Regularizações	31-Dez-15
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Despesas em edifícios arrendados	910 971	-	-	(32 171)	878 800
	910 971	-	-	(32 171)	878 800

<i>Valor líquido</i>	<u><u>64 350</u></u>				<u><u>5 367 550</u></u>
----------------------	----------------------	--	--	--	-------------------------



4.7. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido apresentam-se como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Provisão para prémios não adquiridos	29 457 246	24 473 422
Provisão para sinistros	98 567 382	9 672 037
	128 024 628	34 145 459

A 31 de Dezembro de 2016, o valor da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e o valor da provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte decomposição por ramos:

	PPNA	Provisão para sinistros
Vida	13 794	-
Acidentes de Trabalho	406 528	4 637 478
Acidentes Pessoais e Doença	8 660 447	86 462
Incêndio e Elementos da Natureza	12 533 006	531 814
Automóvel	3 350 427	3 613 464
Transportes	609 430	(222 945)
Responsabilidade Civil Geral	3 082 137	258 020
Diversos	801 478	89 663 089
	29 457 246	98 567 382

A 31 de Dezembro de 2015, o valor da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e o valor da provisão para sinistros de resseguro cedido apresentava a seguinte decomposição:



	PPNA	Provisão para sinistros
Acidentes de Trabalho	253 768	4 636 890
Acidentes Pessoais e Doença	5 573 053	342
Incêndio e Elementos da Natureza	8 753 024	1 072 700
Automóvel	1 586 884	3 623 475
Transportes	483 326	12 060
Responsabilidade Civil Geral	7 298 425	311 615
Diversos	524 941	14 955
	24 473 422	9 672 037

4.8. Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações

Os valores a receber por operações de seguro directo são analisados como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Tomadores e Mediadores de seguro	204 286 447	134 779 432
Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro	16 060 197	13 044 920
Valores a receber por outras operações	28 735 618	22 189 145
	249 082 262	170 013 496
Imparidade em valores a receber	(50 732 189)	(26 526 819)
	198 350 073	143 486 677

O saldo de Imparidade em valores a receber inclui o montante de 6 107 518 meticais relativo ao ajustamento efectuado para cobrir a recuperabilidade dos saldos das contas a ordem (1 107 518 meticais) e a prazo (5 000 000 meticais) que a Companhia detinha junto do Nosso Banco, extinto no decorrer de 2016. O remanescente 44 624 671 meticais refere-se ao ajustamento de recibos de prémio por cobrar.

A evolução do ajustamento de recibos de prémio por cobrar e outros valores a receber apresenta-se como segue:



	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Prémios por cobrar	Outros valores a receber	Prémios por cobrar	Outros valores a receber
A 1 de Janeiro	26 526 819	-	14 679 721	-
Reforço	18 530 142	6 107 518	11 935 093	-
Redução	(432 290)	-	(87 994)	-
A 31 de Dezembro	44 624 671	6 107 518	26 526 819	-
	50 732 189		26 526 819	

4.9. Provisões técnicas de seguro directo

A rubrica de provisões técnicas de seguro directo é analisada como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Provisão para prémios não adquiridos	142 686 993	109 174 993
Provisão para sinistros	197 329 332	42 973 825
Provisão para desvios de sinistralidade	1 412 330	361 859
Provisão para riscos em curso	15 431 182	923 607
	356 859 837	153 434 283

A 31 de Dezembro de 2016, a decomposição por ramos das provisões técnicas é a seguinte:

	PPNA	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	914 534	-	-	-
Acidentes de Trabalho	10 840 742	26 399 668	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	9 647 512	168 582	-	779 315
Incêndio e Elementos da Natureza	21 340 990	4 992 598	1 412 330	-
Automóvel	89 043 023	25 405 952	-	-
Transportes	1 349 038	343 155	-	57 908
Responsabilidade Civil Geral	5 052 859	967 528	-	-
Diversos	4 498 296	139 051 850	-	14 593 960
	142 686 993	197 329 332	1 412 330	15 431 182



Verificou-se um incremento da PPNA em 2016, face a 2015, resultante do crescimento da carteira nova nos ramos Incêndio e Elementos da Natureza e Automóvel.

Relativamente à provisão para sinistros, a variação foi influenciada, essencialmente, pelo reforço da provisão relativa ao sinistro da Emodraga (129 361 340 meticais).

A 31 de Dezembro de 2015, a decomposição por ramos das provisões técnicas era a seguinte:

	PPNA	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	146 522	-	-	-
Acidentes de Trabalho	10 150 735	23 525 071	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	6 725 921	14 562	-	32 606
Incêndio e Elementos da Natureza	15 779 365	1 447 667	361 859	-
Automóvel	63 475 353	17 690 087	-	-
Transportes	1 127 691	130 896	-	-
Responsabilidade Civil Geral	9 658 184	88 345	-	-
Diversos	2 111 222	77 198	-	891 001
	109 174 993	42 973 825	361 859	923 607

4.10. Empréstimos bancários

A rubrica de empréstimos bancários apresenta a seguinte decomposição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Descoberto bancário	-	5 375 038
Banco Único - Leasing	-	1 408 504
Banco Terra - Leasing	-	1 715 383
	-	8 498 924

Durante o exercício de 2016, a Companhia contratou novos financiamentos sob a forma de leasing, no valor de 5 700 000 meticais. Devido a subida drástica das taxas de juro no



mercado moçambicano, decidiu-se pela liquidação antecipada de todos os financiamentos que estavam em vigor.

4.11. Outros credores por operações de seguro directo e outras operações

A rubrica de outros credores apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Valores a pagar por operações de seguro directo	29 941 532	35 356 600
Valores a pagar por operações de resseguro		
Resseguradoras	38 300 403	38 703 281
Valores a pagar por outras operações	18 370 555	22 973 104
	<u>86 612 490</u>	<u>97 032 984</u>

A rubrica de valores a pagar por outras operações inclui o montante de 2 511 233 meticais correspondente ao excedente resultantes do capital social realizado pelos accionistas no ano de 2015 no âmbito do aumento de capital social de 67 milhões de meticais para cumprir com os requisitos de capital social mínimo para a exploração do ramo Vida.



4.12. Capital social

O Capital Social da Moçambique, Companhia de Seguros encontra-se integralmente subscrito e realizado, apresentando a seguinte estrutura societária:

	Número de acções	Valor Nominal	% participação
GCP – Soc. de Gestão e Controlo de Part. Sociais	269 503	26 950 291	26,95%
Montepio Geral – Associação Mutualista	199 633	19 963 300	19,96%
Lusitania – Companhia de Seguros, SA	179 669	17 966 900	17,97%
Sociedade Nacional de Investimentos Financeiros, SA (ex-FINOLCO.CO.INC)	100 000	10 000 000	10,00%
Caixa Económica Montepio Geral	99 816	9 981 600	9,98%
Grupo Visabeira, SGPS	49 909	4 990 910	4,99%
INSS – Instituto Nac. De Segurança Social	39 927	3 992 700	3,99%
W&W – Consultoria e Investimentos, Lda	19 963	1 996 300	2,00%
Parups, S.A	14 850	1 485 000	1,48%
Eng. Luís Marques dos Santos	11 880	1 188 000	1,19%
Raminiklal Jamonadás	8 910	891 000	0,89%
Dr. Hiteshkumar Raminiklal	5 940	594 000	0,59%
	1 000 000	100 000 000	100,00%

4.13. Reservas

Reservas de reavaliação

São registados nesta rubrica os valores resultantes de reajustamentos de imóveis ao seu justo valor.



Reserva legal

De acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, as companhias de seguros devem obrigatoriamente constituir uma reserva legal a partir dos lucros líquidos apurados em cada exercício económico nos seguintes termos:

- a) 20% até que o valor acumulado da reserva represente metade do capital social mínimo aplicável à Companhia, definido no art.º n.º 15 do mesmo Decreto; e
- b) 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior, até à concorrência do capital social.

O capital social mínimo aplicável à MCS é de 100 milhões de meticais, representando actualmente as reservas legais, 7,91% daquele valor.

Reserva estatutária

São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 5% do lucro líquido anual.

Outras reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos accionistas.



4.14. Prémios, líquidos de resseguro

Os prémios, líquidos de resseguro, decompõem-se por ramo como segue:

	2016			2015		
	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro
Vida	1 038 316	(1 638)	1 036 678	160 080	-	160 080
Acidentes de Trabalho	39 434 764	(1 478 804)	37 955 960	30 765 052	(768 715)	29 996 337
Acidentes Pessoais e Doença	45 794 172	(43 787 175)	2 006 996	26 481 231	(25 018 524)	1 462 707
Incêndio e Elementos da Natureza	76 680 571	(56 931 031)	19 749 539	54 087 423	(33 327 839)	20 759 585
Automóvel	213 407 061	(8 014 118)	205 392 943	167 178 493	(4 088 330)	163 090 163
Transportes	6 351 149	(5 459 218)	891 931	5 174 668	(2 130 466)	3 044 202
Responsabilidade Civil Geral	19 253 464	(16 291 739)	2 961 725	23 000 559	(16 847 036)	6 153 523
Diversos	20 039 967	(5 706 244)	14 333 723	6 968 078	(5 289 964)	1 678 115
	421 999 463	(137 669 967)	284 329 496	313 815 585	(87 470 873)	226 344 712

4.15. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros, antes da imputação dos gastos gerais, apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2016			2015		
	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido
Acidentes de Trabalho	18 495 493	(8 540 910)	9 954 583	28 218 727	(16 978 586)	11 240 141
Acidentes Pessoais e Doença	154 020	(2 167 958)	(2 013 938)	15 617	-	15 617
Incêndio e Elementos da Natureza	20 837 027	(11 914 122)	8 922 905	7 040 184	(4 906 118)	2 134 066
Automóvel	97 103 571	(982 243)	96 121 328	86 306 484	(3 278 970)	83 027 514
Transportes	2 686 537	(601 133)	2 085 405	1 065 059	(1 819 028)	(753 969)
Responsabilidade Civil Geral	290 043 740	(288 316 647)	1 727 093	2 376 202	(3 373 785)	(997 583)
Diversos	177 492 948	(112 138 399)	65 354 548	(52 018)	-	(52 018)
	606 813 335	(424 661 412)	182 151 924	124 970 255	(30 356 487)	94 613 768



4.16. Gastos de exploração, líquidos de resseguro

Antes da imputação dos custos, os gastos com comissões e as comissões de resseguro apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2016		2015	
	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores
Vida	59 934	-	-	-
Acidentes de Trabalho	4 420 822	-	3 391 020	-
Acidentes Pessoais e Doença	3 862 445	(4 136 185)	551 534	(4 235 927)
Incêndio e Elementos da Natureza	8 703 595	(18 478 633)	6 710 575	(6 868 497)
Automóvel	17 962 666	(3 510 855)	14 346 671	-
Transportes	930 090	(2 970 591)	693 595	(566 464)
Responsabilidade Civil Geral	1 154 965	(4 051 267)	1 485 884	(2 030 992)
Diversos	945 117	(624 762)	245 422	(365 660)
	38 039 633	(33 772 293)	27 424 702	(14 067 541)



Os gastos administrativos são analisados como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais	6 682 372	4 430 715
Remunerações do Pessoal	47 528 691	39 430 781
Encargos sobre remunerações	2 027 186	1 617 046
Cursos de Formação	1 319 392	447 786
Comparticipação nas despesas hospitalares	-	73 743
Indemnização por cessação de contrato de trabalho	-	4 495 975
Outros	116 141	1 227 157
Fornecimento e serviços de terceiros		
Trabalhos especializados	6 188 659	2 848 337
Publicidade e Propaganda	3 557 995	2 653 217
Rendas e Alugueres	10 945 694	6 352 338
Conservação e Reparação	4 500 003	3 331 235
Comunicação	2 435 340	2 032 085
Deslocações e Estadas	2 909 639	1 415 919
Seguros	3 884 196	710 659
Vigilância e Segurança	2 301 805	1 078 026
Combustíveis	1 846 294	1 874 749
Material de Escritório	3 412 877	2 401 453
Despesas de alimentação	1 349 256	587 751
Impostos e taxas	2 705 181	127 704
Outros gastos administrativos	6 734 748	2 984 063
Depreciações e amortizações do exercício	5 134 756	4 012 337
	<u>115 580 225</u>	<u>84 133 076</u>

A imputação dos gastos gerais por funções foi feita da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Sinistros	1 076 483	1 265 931
Aquisição	24 041 005	18 921 827
Administrativa	88 338 841	62 605 962
Investimentos	2 123 897	1 339 356
	<u>115 580 225</u>	<u>84 133 076</u>



4.17. Outros rendimentos e gastos não técnicos

Os outros rendimentos e gastos não técnicos analisam-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Outros rendimentos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	37 439 683	21 966 526
Outros rendimentos não técnicos	1 156 752	316 642
	<u>38 596 435</u>	<u>22 283 168</u>
<u>Outros gastos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	12 729 425	8 529 351
Quotas	412 367	307 500
Outros gastos não técnicos	211 647	1 802 662
	<u>13 353 439</u>	<u>10 639 512</u>
	<u>25 242 996</u>	<u>11 643 656</u>

4.18. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto corrente	-	(5 912 335)
Imposto diferido	3 193 191	(3 130 859)
	<u>3 193 191</u>	<u>(9 043 194)</u>

O imposto corrente é determinado com base nas taxas de impostos em vigor para cada exercício fiscal.



A reconciliação entre o imposto corrente e o imposto diferido da MCS com referência aos anos de 2016 e 2015, assim como o movimento dos impostos diferidos encontram-se traduzidos nos quadros seguintes:

	2016		2015	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		(47 064 981)		20 817 307
Imposto a pagar à taxa normal	32,00%	(15 060 794)	32,00%	6 661 538
Correcções fiscais - A acrescentar				
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	-0,59%	279 716	1,08%	224 345
Despesas ilícitas, prémios de seguros e contribuições	-2,27%	1 069 606	0,77%	160 217
Mais valias fiscais	-0,05%	25 680	0,00%	-
Donativos	0,00%	-	0,00%	-
Multas	0,00%	2 203	0,00%	398
50% de ajudas de custo	-0,06%	26 240	0,01%	1 408
80% das despesas de representação	-0,15%	69 062	0,26%	53 940
Despesas confidenciais e/ou não documentadas	0,00%	-	0,00%	-
Aluguer de viaturas sem condutor	-0,54%	252 532	0,27%	56 810
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	-0,67%	315 136	1,23%	255 426
Ofertas	-0,68%	320 834	0,00%	-
Publicidade	0,00%	-	0,00%	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	-0,08%	35 322	0,26%	54 449
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	-5,43%	2 554 923	7,57%	1 576 402
Reposição de diferenças de câmbio não tributadas	-11,23%	5 283 179	7,94%	1 653 094
Impostos diferidos	-0,07%	34 482	4,98%	1 036 357
Correcções fiscais - A deduzir				
Mais valias contabilísticas	-0,27%	124 800	0,00%	-
Formação profissional	0,00%	-	0,69%	143 292
Prejuízos fiscais deduzidos	0,00%	-	0,00%	-
Reposição de diferenças de câmbio tributadas	-3,35%	1 576 402	1,73%	361 098
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	-7,26%	3 417 903	25,38%	5 283 179
Impostos diferidos	0,00%	-	0,17%	34 482
(Prejuízo)/Lucro tributável	21,06%	(9 910 985)	28,40%	5 912 335
Reporte de prejuízos		(9 910 985)		-
Pagamentos por conta de IRPC		4 729 868		(2 086 054)
Retenção na fonte de IRPC		180 165		-
Imposto corrente a pagar/(receber)		4 910 033		3 826 281



Com referência a 31 de Dezembro de 2016, a Companhia apresenta prejuízos fiscais reportáveis no montante de 30 971 827 Meticais, os quais poderão ser deduzidos em lucros futuros no período legalmente disposto de cinco anos, ou seja, até 2021, inclusive.

O respectivo imposto diferido activo, no montante de 9 910 985 Meticais, não foi objecto de reconhecimento, uma vez que o Conselho de Administração, entende não estarem reunidas as condições necessárias ao reconhecimento de tal activo.

	31-Dez-15	Fundos próprios		Ganhos e perdas		31-Dez-16
		Aumento	Redução	Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos						
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	9 504	-	-	(9 504)	-	-
	9 504	-	-	(9 504)	-	-
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação do edifício de uso próprio	3 261 498	7 765 920	-	-	(65 230)	10 962 188
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	3 225 874	-	-	88 409	(3 225 874)	88 409
	6 487 372	7 765 920	-	88 409	(3 291 104)	11 050 598
				(3 193 191)		
				<i>Impacto nos Ganhos e Perdas</i>		

Os impostos correntes decompõem-se da seguinte forma:

Activos por impostos correntes

Pagamentos por conta e retenções efectuadas por terceiros	7 555 448	4 911 634
Imposto sobre rendimentos de capitais retidos na fonte (IRPC)	180 165	1 118 925
Outros	-	427 585
	7 735 613	6 458 144

Passivos por impostos correntes

	31-Dez-16	31-Dez-15
Imposto sobre o lucro do exercício (IRPC)	-	5 912 335
Imposto do selo	7 286 375	3 500 913
Retenção na fonte (IRPS)	1 642 292	896 466
Sobretaxa	1 227 366	602 517
Outros	92 814	1 666 608
	10 248 847	12 578 838



4.19. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
<u>Acréscimos e diferimentos</u>		
Seguros	1 267 340	642 441
Outros custos diferidos	230 796	366 646
	<u>1 498 136</u>	<u>1 009 087</u>
<u>Acréscimos e diferimentos</u>		
Prémios antecipados	6 489 392	1 415 415
Outros acréscimos de custos	1 047 606	5 780
	<u>7 536 998</u>	<u>1 421 195</u>
	<u>(6 038 862)</u>	<u>(412 108)</u>

4.20. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos depósitos a prazo é baseado em fluxos de caixa descontados usando taxas de juro do mercado activo para títulos de crédito semelhantes e com mesma maturidade. Para os títulos cotados, o justo valor é determinado com base em cotações do mercado activo. Para os títulos cujas cotações não estão disponíveis no mercado activo, é usado o modelo de fluxo de caixa descontado apropriado para o período remanescente até ao vencimento.

A tabela abaixo compara o justo valor dos instrumentos financeiros com a respectiva quantia escriturada:



	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	102 931 747	95 125 143	103 898 251	103 141 877
Investimentos a deter até à maturidade	3 500 000	2 185 991	8 800 000	7 541 092
Devedores por operações de seguros e outras	198 350 073	194 168 291	143 486 677	143 486 677
	304 781 820	291 479 425	256 184 928	254 169 647
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	-	-	8 498 924	7 212 042
Credores por operações de seguros e outras	86 612 490	68 541 403	97 032 984	88 053 530
	86 612 490	68 541 403	105 531 909	95 265 572

A Companhia enquadrou o justo valor dos seus activos e passivos financeiros de acordo com os seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado com base na cotação em mercado activo,
- Nível 2 – Justo valor determinado com base em variáveis não incluídos no nível 1, mas que sejam observáveis em mercado activo, directa ou indirectamente,
- Nível 3 – Justo valor dos activos e passivos determinado com base em variáveis que não são baseados em informação observável no mercado.

A tabela seguinte, resume para cada classe de activo, o nível de determinação do justo valor considerado para os instrumentos financeiros:

	31-Dez-16			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	95 125 143	-	95 125 143
Investimentos a deter até à maturidade	-	2 185 991	-	2 185 991
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	194 168 291	194 168 291
Total de activos financeiros	-	97 311 134	194 168 291	291 479 425
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Credores por operações de seguros e outras	-	-	68 541 403	68 541 403
Total de passivos financeiros	-	-	68 541 403	68 541 403



	31-Dez-15			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	103 141 877	-	103 141 877
Investimentos a deter até à maturidade	-	7 541 092	-	7 541 092
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	143 486 677	143 486 677
Total de activos financeiros	-	110 682 970	143 486 677	254 169 647
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	-	7 212 042	-	7 212 042
Credores por operações de seguros e outras	-	-	88 053 530	88 053 530
Total de passivos financeiros	-	7 212 042	88 053 530	95 265 572

4.21. Partes relacionadas

A cedência do risco de seguro pela MCS é feita, na sua maioria, através da Lusitania.

As transacções e saldos entre as duas entidades sumarizam-se como segue:

	2016	2015
Prémios de resseguro cedido	55 157 579	27 837 989
Comissões de resseguro cedido	11 507 382	6 428 517
Parte do ressegurador nos custos com sinistros	9 532 730	25 652 674
Participação nos resultados	13 616 604	-
Conta corrente	20 500 863	(4 243 203)

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam em 2016 a 6 682 372 meticais. Em 2015 os valores foram de 4 430 715 meticais.

4.22. Compromissos e contingências

Relativos às locações financeiras

A Companhia detinha contratos de locação financeira celebrados com o Banco Único e o Banco Terra, relativos à aquisição de viaturas. Os contratos, com duração de 4 anos,



foram celebrados em 2014 e 2015. Durante o ano de 2016, face à alteração substancial das taxas de juro, a MCS decidiu liquidar antecipadamente a totalidade dos contratos em vigor.

Neste contexto, deixam de existir pagamentos previstos no curto e médio prazo, conforme se segue:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Até 1 ano		
Banco Único	-	393 804
Banco Terra	-	445 113
Entre 1 e 4 anos		
Banco Único	-	807 740
Banco Terra	-	1 270 270
	<u>-</u>	<u>2 916 927</u>

4.23. Natureza das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro, activos de resseguro e restantes instrumentos financeiros

Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros é o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- Risco de Desenho dos Produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato;
- Risco de Prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação);



- Risco de Subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar;
- Risco de Provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos;
- Risco de Sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas;
- Risco de Retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada;
- Risco Catastrófico: resulta de eventos extremos que implicam a destruição de propriedade, ou a morte/ ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros, são transferidos para uma resseguradora (ou um conjunto de resseguradoras).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão directa ou indirectamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como riscos catastróficos.



O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos actuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela protecção dos respectivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a MCS tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados em 2016 aos valores efectivamente verificados, deverá ser consultado o Anexo 2.

Quando comparados os principais rácios da actividade da Companhia, temos:

<u>Ramo</u>	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Vida	34,08%	-
Acidentes de Trabalho	26,89%	41,24%
Acidentes Pessoais e Doença	-125,32%	2,22%
Incêndio e Elementos da Natureza	52,00%	12,70%
Automóvel	51,56%	55,32%
Transportes	284,94%	-37,42%
Responsabilidade Civil Geral	79,66%	1,68%
Diversos	531,69%	-7,94%
<u>Rácio global</u>	<u>70,44%</u>	<u>47,15%</u>

Risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

A MCS está exposta a uma variedade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos financeiros, podendo mesmo considerar-se, num sentido



lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração resulta o facto de o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades em consequência de os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguro.

<u>Provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	<u>Acidentes de Trabalho</u>	<u>Outros ramos</u>	<u>Total</u>
Seguro directo	26 399 668	330 460 169	356 859 837
Resseguro cedido	(4 637 478)	(123 387 150)	(128 024 628)
Valor líquido	21 762 190	207 073 019	228 835 209

<u>Activos a representar provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	<u>Acidentes de Trabalho</u>	<u>Outros ramos</u>	<u>Total</u>
Obrigações	1 500 000	2 000 000	3 500 000
Edifícios	-	63 109 000	63 109 000
Activos tangíveis, líquidos de depreciações e perdas por imparidade	-	10 811 571	10 811 571
Depósitos a prazo	23 000 000	79 931 745	102 931 745
Prémios à cobrança directos (antiguidade inferior a 60 dias)	3 715 900	37 534 702	41 250 602
Caixa e disponibilidades	4 782 558	20 000 000	24 782 558
Total	32 998 458	213 387 018	246 385 476

Rácio de Cobertura	151,63%	103,05%	107,67%
--------------------	----------------	----------------	----------------

Existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos e passivos financeiros, não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

- Risco de mercado: deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de acções, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de



instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Na MCS a gestão do risco de mercado respeita as regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

As principais componentes dos riscos financeiros são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e os riscos de crédito.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. Por outro lado, o risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da MCS face ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente com os empréstimos de taxa de juro variável negociados pela Companhia.

A política da MCS passa pela dispersão dos seus activos e passivos financeiros a várias moedas, a fim de não concentrar todo o risco de taxa de juro a uma só moeda.

Os instrumentos financeiros da MCS cuja exposição ao risco de taxa de juro é significativa são os depósitos a prazo e as obrigações corporativas. Para estes, as tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de juro, a 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 e o impacto nos resultados da Companhia de oscilações nas taxas de juro:



	31-Dez-16				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	107 265 691	52 166 560	50 020 523	5 078 608	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	198 350 073	197 094 553	1 255 520	-	-
Total	305 615 763	249 261 112	51 276 043	5 078 608	-
Passivos					
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	86 612 490	73 592 295	13 020 195	-	-
Total	86 612 490	73 592 295	13 020 195	-	-
Posição Líquida	219 003 273	175 668 817	38 255 848	5 078 608	-

**Aumento /Diminuição
em pontos base** **Impacto no resultado
antes de imposto**

2016

Maibor	+200	866 689
Maibor	-200	(866 689)
Libor	+25	108 336
Libor	-25	(108 336)

	31-Dez-15				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	108 016 424	78 085 664	28 506 244	1 424 517	-
Investimentos a deter até a maturidade	8 934 873	8 934 873	-	-	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	143 486 677	116 521 942	26 857 290	107 445	-
Total	260 437 974	203 542 478	55 363 534	1 531 962	-
Passivos					
Empréstimos bancários	8 498 924	8 498 924	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	97 032 985	97 032 985	-	-	-
Total	105 531 909	105 531 909	-	-	-
Posição Líquida	154 906 065	98 010 570	55 363 534	1 531 962	-

**Aumento /Diminuição
em pontos base** **Impacto no resultado
antes de imposto**

2015

Maibor	+200	1 137 910
Maibor	-200	(1 137 910)
Libor	+25	74 827
Libor	-25	(74 827)



Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venham a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da MCS podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, nomeadamente para as divisas MZN/USD, MZN/ZAR e MZN/EUR. A MCS procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 e o impacto nos resultados da Companhia de oscilações nas taxas de câmbio:

	Total	31-Dez-16			EUR
		MZN	USD	ZAR	
Activos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	24 782 558	21 615 202	2 141 329	1 026 027	-
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	107 265 691	52 166 560	50 020 523	5 078 608	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	198 350 073	197 094 553	1 255 520	-	-
Total	305 615 763	249 261 112	51 276 043	5 078 608	-
Passivos					
Empréstimos bancários	-	-	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	86 612 490	73 592 295	13 020 195	-	-
Total	86 612 490	73 592 295	13 020 195	-	-
Posição Líquida	219 003 273	175 668 817	38 255 848	5 078 608	-

	Aumento /Diminuição	Efeito em resultados
2016		
Dólares americanos	+20	7 651 170
Dólares americanos	-20	(7 651 170)
Randes sul africanos	+20	1 015 722
Randes sul africanos	-20	(1 015 722)
Euros	+20	-
Euros	-20	-



	31-Dez-15				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	108 016 424	78 085 664	28 506 244	1 424 517	-
Investimentos a deter até a maturidade	8 934 873	8 934 873	-	-	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	143 486 677	116 521 942	26 857 290	107 445	-
Total	260 437 974	203 542 478	55 363 534	1 531 962	-
Passivos					
Empréstimos bancários	8 498 924	8 498 924	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	97 032 985	97 032 985	-	-	-
Total	105 531 909	105 531 909	-	-	-
Posição Líquida	154 906 065	98 010 570	55 363 534	1 531 962	-

	Aumento /Diminuição	Efeito em Resultados
2015		
Doláres Norte Americanos	+20%	11 072 707
Doláres Norte Americanos	-20%	(11 072 707)
Rands Sul Africanos	+20%	306 392
Rands Sul Africanos	-20%	(306 392)
Euro	+20%	-
Euro	+20%	-

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da MCS incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que a Companhia se encontra exposta ao risco de crédito são:

- parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro,
- valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro,
- risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O risco cedido pela Companhia é, na sua grande maioria, colocado na Lusitania Companhia de Seguros, accionista da MCS, empresa integrada no grupo Montepio.



O risco de crédito associado a instrumentos de dívida detidos pela Companhia é reduzido e está de acordo com as regras de diversificação determinadas pelo ISSM, detendo a MCS apenas títulos de dívida pública e obrigações corporativas.

O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber, excluindo os Prémios à cobrança onde a empresa apresenta níveis de ajustamentos historicamente prudentes, é reduzido uma vez que apresentam maturidades reduzidas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da MCS não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos, tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades. Desta forma, a Companhia avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

O objectivo da MCS é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e a sua flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários e locações financeiras.

A tabela abaixo sumariza a maturidade dos instrumentos financeiros da Companhia a 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015:



	31-Dez-16				Total
	0-1 Ano	1-3 Anos	+3 Anos	Sem Maturidade	
Activos Financeiros					
Caixa e equivalentes em caixa	24 782 558	-	-	-	24 782 558
Depósitos a prazo	107 265 691	-	-	-	107 265 691
Investimentos a deter até maturidade	2 042 740	-	1 646 082	-	3 688 822
Valores a receber por operações de seguro directo	159 661 776	-	-	-	159 661 776
Valores a receber por operações de resseguro	16 060 197	-	-	-	16 060 197
Valores a receber por outras operações	22 628 100	-	-	-	22 628 100
Total	332 441 062	-	1 646 082	-	334 087 144
Passivos Financeiros					
Valores a pagar por operações de seguro directo	29 941 532	-	-	-	29 941 532
Valores a pagar por operações de resseguro	38 300 403	-	-	-	38 300 403
Valores a pagar por outras operações	18 370 555	-	-	-	18 370 555
Total	86 612 490	-	-	-	86 612 490

	31-Dez-15				Total
	0-1 Ano	1-3 Anos	+3 Anos	Sem Maturidade	
Activos Financeiros					
Caixa e equivalentes em caixa	41 306 729	-	-	-	41 306 729
Depósitos a prazo	108 016 424	-	-	-	108 016 424
Investimentos a deter até maturidade	5 321 258	2 106 167	1 507 448	-	8 934 873
Valores a receber por operações de seguro directo	108 252 613	-	-	-	108 252 613
Valores a receber por operações de resseguro	13 044 920	-	-	-	13 044 920
Valores a receber por outras operações	22 189 145	-	-	-	22 189 145
Total	298 131 089	2 106 167	1 507 448	-	301 744 703
Passivos Financeiros					
Empréstimos bancários	4 639 801	2 754 607	1 104 516	-	8 498 924
Valores a pagar por operações de seguro directo	35 356 600	-	-	-	35 356 600
Valores a pagar por operações de resseguro	38 703 281	-	-	-	38 703 281
Valores a pagar por outras operações	22 973 104	-	-	-	22 973 104
Total	101 672 786	2 754 607	1 104 516	-	105 531 908

4.24. Acontecimentos após a data de balanço

Não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a MCS que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

**Anexos****INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

Ano: 2016
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 1
Valores em Meticais

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1 - Nacionais							
1.1 - Títulos Cotados							
1.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
1.1.1.1 - De dívida pública							
Obrigações do tesouro 2005							
	#DIV/0!			#DIV/0!		#DIV/0!	
Sub-total	#DIV/0!			#DIV/0!	-		-
1.1.1.3 - De outros emissores							
Obrigações Moza Banco 2014	20 000	100		100	2 000 000	102	2 042 740
Obrigações PETROMOC 2015	15 000	100		100	1 500 000	110	1 646 082
Sub-total	35 000	100		100	3 500 000		3 688 822
3 - TOTAL GERAL	35 000				3 500 000		3 688 822

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTRO RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2016
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 2
Valores em Meticais

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31 /12/2015 (1)	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31 /12/2016 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Ramo Vida	-	-	-	-
Ramos Não Vida				
Acidentes de Trabalho	23 525 071	38 943	23 115 484	(370 644)
Acidentes Pessoais e Doença	14 562	-	14 864	303
Incêndio e Elementos da Natureza	1 447 667	3 876 630	(39 794)	2 389 169
Automóvel	17 690 087	6 387 759	8 044 633	(3 257 694)
Marítimo	-	-	-	-
Ferrovário	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-
Transportes	130 896	-	129 423	(1 473)
Responsabilidade Civil Geral	88 345	297 897 997	669	297 810 322
Diversos	77 198	-	4 400	(72 798)
Total Não Vida	42 973 825	308 201 329	31 269 680	296 497 184
Total geral	42 973 825	308 201 329	31 269 680	296 497 184

* - De sinistros ocorridos no ano 2015 e anteriores

**DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS**

Ano: 2016
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 3
Valores em Meticais

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos (1)	Varição da provisão para sinistos (2)	Custos com sinistos (3) =(1)+(2)
Seguro directo			
Acidentes de Trabalho	38 943	18 456 551	18 495 493
Acidentes Pessoais e Doença	-	154 020	154 020
Incêndio e Elementos da Natureza	3 876 630	16 960 397	20 837 027
Automóvel	6 387 759	90 715 812	97 103 571
Marítimo	-	-	-
Ferroviário	-	-	-
Aéreo	-	-	-
Transportes	-	2 686 537	2 686 537
Responsabilidade Civil Geral	297 897 997	(7 854 258)	290 043 740
Diversos	-	40 422 748	40 422 748
Total	308 201 329	161 541 807	469 743 135
Resseguro aceite	-	-	-
Total Geral	308 201 329	161 541 807	469 743 135

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Ano: 2016
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 400 081 263
Ident. do resp. pela informação:

Anexo 4
Valores em Meticais

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistos brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro cedido
Seguro directo					
Vida	1 038 316	214 390	-	4 021	(12 157)
Acidentes de Trabalho	39 434 764	38 614 327	18 495 493	4 290 392	(7 214 866)
Acidentes Pessoais e Doença	45 794 172	42 288 686	154 020	3 278 550	34 377 552
Incêndio e Elementos da Natureza	76 680 571	70 309 380	20 837 027	7 894 028	22 758 295
Automóvel	213 709 820	192 688 402	97 103 571	22 811 432	1 757 477
Marítimo	-	-	-	-	-
Ferroviário	-	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-	-
Transportes	6 351 149	6 064 987	2 686 537	865 275	1 761 390
Responsabilidade Civil Geral	19 253 464	23 847 043	290 043 740	1 143 218	(271 859 886)
Diversos	20 039 967	17 560 687	40 422 748	852 911	(17 671 152)
Total	422 302 222	391 587 902	469 743 135	41 139 827	(236 103 347)
Resseguro Aceite					
Total geral	422 302 222	391 587 902	469 743 135	41 139 827	(236 103 347)



Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Administração e o Balanço e contas, da Moçambique, Companhia de Seguros, SA, referentes ao exercício de 2016 e, como resultado da análise efectuada ao Relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que estes documentos espelham a situação económico-financeira da Companhia, em 31 de Dezembro de 2016.

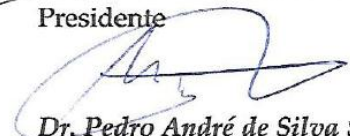
Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório, Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e outros documentos apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado do exercício; e
- c) Seja louvada a criteriosa e empenhada gestão e a dedicação e zelo dos colaboradores.

Maputo 27 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal,


Prof. Doutor Teodoro Andrade Waty
Presidente


Dr. Pedro André de Silva Sousa
Vogal


Dra. Sandra Maria da Costa Nobre
Vogal



Relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Ernst & Young Limitada
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young.ey.com
NUT:400 066 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da

MOÇAMBIQUE COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **Moçambique Companhia de Seguros, S.A.** (a Companhia), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 e a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Companhia em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Princípios Contabilísticos em vigor em Moçambique para o Sector dos Seguros - Diploma Ministerial nº 222/2010, de 17 de Dezembro.

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Companhia de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Outra Informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório anual do Conselho de Administração, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 das demonstrações financeiras, a qual refere que, de acordo com o artigo 26º do Decreto-Lei 1/2010, de 31 de Dezembro, em conjunto com o artigo 46º do Decreto 20/2011, de 11 de Agosto, as provisões técnicas deverão ser representadas por activos equivalentes, sejam móveis ou imóveis. A 31 de Dezembro de 2016, os activos detidos pela Companhia afectos para representação das provisões técnicas, revelam-se insuficientes no montante de 185.970.658 Meticais.

Como tal, e de acordo com o artigo 70º do Decreto 30/2011, o Conselho de Administração deverá apresentar um plano adequado a fim de suprir as referidas insuficiências de activos dentro do período estabelecido pela entidade reguladora.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.



Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os Princípios Contabilísticos em vigor em Moçambique para o Sector dos Seguros - Diploma Ministerial nº 222/2010, de 17 de Dezembro, e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a Companhia ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Companhia

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- ▶ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.



- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.



O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados

Representada por



Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33)

Maputo, 26 de Abril de 2017